HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

VOLUME II

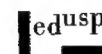
AMÉRICA LATINA COLONIAL

Leslie Bethell / organizador

Tradução

Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes

edusp

2

O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial

A idéia urbana

O desenvolvimento urbano da região, a exemplo de grande parte da história colonial hispano-americana, tem duas pré-histórias: uma indígena e a outra peninsular espanhola. Os *conquistadores* encontraram muitos centros urbanos populosos na Mesoamérica e, de modo menos marcante, nos Andes centrais. A capital asteca de Tenochtitlán, com pelo menos 150 mil e talvez 300 mil habitantes, tornou-se uma capital de vice-reino espanhol. Outras oito cidades circundavam o lago Texcoco, enquanto Cholula, Tlaxcala, Tzin Tzun Tzan, Cempoala e vários sítios em Yucatán e Guatemala constituíam centros afastados de importância regional. Nos domínios incas, a capital de Cuzco, ainda que não tivesse a importância comercial de Tenochtitlán, contava com mais de 100 mil habitantes e exercia influência política sobre vários centros ao longo do *camiño real* incaico, alguns anteriores aos incas: Quito, Cajamarca, Jauja, Vilcas, Huánuco e Bonbón. Por sua vez, essas hierarquias urbanas eram sucessoras dos primeiros complexos de colonização orientados para um centro em Teotihuacán, Monte Albán, Tajín, as cidades maias, Chan Chan e Tiahuanaco.

Embora os espanhóis tenham transformado algumas cidades índias para seu uso próprio, como Tenochtitlán, Cholula e Cuzco, as influências mais profundas sobre o esquema da colonização européia foram a distribuição espacial e a estrutura de aldeia das populações indígenas. Na verdade, se se tivesse de remontar a história urbana da América espanhola apenas ao final do século XVI, as continuidades com a sociedade da pré-conquista mereceriam uma ênfase predominante. Contudo, numa visão mais ampla, as determinações políticas, sociais e econômicas da dominação européia, consideradas em conjunto com a destribalização, a relocalização e a forte mortalidade da população índia, introduziram muitos vetores novos de mudança. A abordagem que se segue, portanto, começa com os antecedentes europeus do desenvolvimento urbano nas Índias. Posteriormente serão examinados os padrões anteriores à conquista e suas transformações.

As cidades e vilas da América espanhola colonial

Talvez pelo fato de ter a América espanhola sido considerada durante tanto tempo um reino predominantemente agrário, a sua história urbana permaneceu negligenciada até recentemente. Duas exceções dignas de nota são as obras de um argentino e um peruano, o estudo sociológico de Juan A. García sobre a Buenos Aires colonial, *La ciudad indiana* (Buenos Aires, 1900), e a análise histórica das relações rural-urbanas no Peru, *La multitud, la ciudad y el campo en la historia del Perú* (Lima, 1929), de autoria de Jorge Basadre. Todavia, não foram os aspectos sociais e institucionais, mas uma controvérsia sobre a forma física o que acabou por chamar a atenção dos eruditos internacionais para a história urbana da América espanhola. Desde os anos 40, as origens do familiar

traçado em forma de tabuleiro de xadrez, com sua espaçosa *plaza* central e arquitetura monumental, têm sido investigada detalhadamente. Por ora, essa pesquisa sobre o plano "clássico" da cidade hispano-americana foi muito além de rastrear precedentes formais para o desenho e começou a reconstituir o processo institucional e cultural. Três conjuntos de hipóteses que emergiram apresentam uma abordagem adequada do nosso tema geral.

Primeiro, alguns enfatizaram que a colonização espanhola ultramarina era parte de um grande desígnio imperial tornado possível pela consolidação anterior do Estado nacional espanhol. O plano em grade para as cidades, embora não fosse prático para a paisagem urbana irregular da Espanha do fim da Idade Média, foi empregado no além-mar para racionalizar a apropriação de vastos territórios. O traçado geométrico era emblemático da vontade imperial de dominação e de uma necessidade burocrática de ordem e simetria. Nessa interpretação, considera-se que o paradigma para o urbanismo espanhol de além-mar tenha sido o plano retangular de Santa Fe de Granada, fundada pelos Reis Católicos em 1491 para o cerco final aos mouros no sul da Espanha. Alguns remontam a inspiração desse planejamento em grade a fontes antigas, especialmente a Vitrúvio, muitos de cujos preceitos para a cidade ideal reaparecem nas ordenações espanholas de colonização de 1573[1]. Outros sustentam que Santa Fe e as cidades das Índias descobriram seu modelo no traçado regular das cidades-fortaleza medievais do sul da França e do nordeste da Espanha. Outros, ainda, apontam a crescente influência da Renascença italiana ou do projeto neoclássico sobre a construção da cidade do Novo Mundo durante e após o século XVI.

Um segundo ponto de vista nos lembra que os conquistadores e colonizadores espanhóis eram ignorantes em matéria de planejamento urbano e dificilmente poderiam estar familiarizados com estilos elegantes de origem antiga, medieval ou neo-romântica. Suas soluções urbanas eram pragmáticas, produzindo confusas cidades mineiras improvisadas, exíguos portos marítimos fortificados e povoados rurais dispersos, ao lado de centros administrativos espaçosos e regulares. Quando a geografia e as circunstâncias o permitiam, a grade era uma solução natural e descomplicada para os líderes práticos encarregados de fazer inequívocas conces-

1. "Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias, dadas por Felipe II en 1573", publicadas em fac-símile pelo Ministerio de la Vivienda da Espanha, Madrid, 1973. Há uma tradução inglesa parcial das ordenações de colonização de 1573 em Z. NUTTALL, "Royal ordinances concerning the laying out of new towns", *Hispanic American Historical Review* (HAHR), 4(4): 743-753, 1921, e 5(2): 249-254, 1922.

sões de terra aos colonizadores contenciosos e ambiciosos. A grade e a *plaza* generosas eram compatíveis com a vastidão dos territórios recém-anexados à Cristandade. Essa solução, segundo alguns, pode até mesmo ter repercutido a grandeza dos sítios cerimoniais índios, e E. W. Palm sugeriu que a forma monumental da Tenochtitlán dos astecas chamou a atenção dos planejadores europeus por intermédio de sua influência sobre a "cidade ideal" de Dürer.

Finalmente, alguns sustentam que, embora os colonizadores espanhóis fizessem concessões inevitáveis à circunstância e os legisladores espanhóis estivessem cônscios dos precedentes clássicos, o planejamento da nova cidade era em última análise uma forma de expressão cultural escondida numa matriz de tradições. A forma urbana na América era consoante com certos tratados medievais espanhóis que, por sua vez, deviam muito à obra de São Tomás de Aquino, *Sobre o Governo dos Governantes*. Com efeito, Gabriel Guarda declara que as ordenações espanholas de colonização de origem neovitruviana eram aplicadas com menor amplitude que as de inspiração aristotélico-tomista. Com base nesse argumento, a forma urbana não chama a atenção por razões estéticas ou funcionais, mas por ser uma manifestação de filosofia social. Devemos lembrar que, quaisquer que tenham sido as restrições impostas pelo lugar e pela circunstância, a fundação de uma cidade era um ato litúrgico que santificava a terra recém-apropriada. Mais que um mero exercício de cartografia, o planejamento urbano era o veículo para o transplante de uma ordem social, política e econômica, e exemplificava o "corpo místico", que estava no centro do pensamento político ibérico.

O que começou na forma de um debate sobre a genealogia do planejamento urbano evoluiu para uma discussão de um processo histórico maior, e nossos três conjuntos de hipóteses se revelam conciliáveis. Para sermos exatos, certas proposições foram refutadas, como, por exemplo, a de que o plano em grade espanhol era ubíquo e inalterável ou a de que as teorias neovitruvianas e renascentistas italianas tinham ampla influência. Mas uma visão ampla mostra que a tradição neo-românica racionalista, imperial, não era incompatível com uma aristotélica, ibero-católica. Na verdade, ambas se entrelaçavam desde pelo menos a época do código legal do século XIII, *Las Siete Partidas*. Além disso, é claro que essa complexa tradição fez nas Índias constantes acomodações com o espírito predador e populista da conquista; com imperativos econômicos e geográficos; e com a presença de índios e africanos, que, juntos, apesar de seus altos índices de mortalidade por causa de doenças e maus-tratos, continuavam a ser muito mais numerosos que a população européia. Uma forma de compreender as cidades hispano-americanas, portanto, é

colocar a "idéia de uma cidade" que vinha da Europa numa relação dialética com as condições de vida do Novo Mundo.

No fechamento da Idade Média, a cidade ibérica ideal derivava de várias fontes clássicas e cristãs que vinham sendo fundidas e reinterpretadas desde o século XIII. Os principais ingredientes eram: 1. a noção grega da pólis, uma comunidade agro-urbana baseada não num "pacto" entre indivíduos aquiescentes, mas numa entidade "política" de grupos integrados funcionalmente; 2. a noção imperial romana de que a municipalidade (*civitas*) era um instrumento para "civilizar" povos rurais e que os *civitates* eram as partes componentes do império e, de modo até mais global, de uma Cidade da Humanidade universal; 3. a noção agostiniana de uma Cidade de Deus, ou Cidade do Além, que opunha um paradigma de perfeição cristã aos sórdidos esforços e pecados da cidade terrena; 4. a visão quiliástica de uma edênica cidade de ouro ou paraíso terrestre que podia ser descoberto em terras distantes, ou mesmo de uma possível cidade de pobreza e devoção que surgiria sob a orientação eclesiástica entre os povos de além-mar recém-consagrados à humildade apostólica.

Com exceção da visão de uma cidade de ouro amplamente compartilhada pelos conquistadores, apenas juristas, teólogos e missionários mantinham em detalhe explícito essas noções de comunidade urbana; contudo, as grandes premissas sobre as quais se baseavam impregnavam a mentalidade de colonizadores e construtores de cidades. Esse compromisso cultural sobressai quando comparado com o dos puritanos da Nova Inglaterra. A congregação puritana, ou "a cidade sobre a colina", manteve, na verdade, certos princípios medievais de subordinação social. Entretanto, todas as relações, exceto as existentes entre pais e filhos, eram voluntárias e dependentes de um pacto entre as partes contratantes. A comunidade não tinha nenhuma identidade "corporativa", no sentido de que era antecedente, ou superior, aos arranjos contratuais de seus membros. Cada consciência privada, portanto, arcava com uma responsabilidade extraordinária de preservar a pureza do "vínculo matrimonial" entre Deus e a congregação. Enquanto seus membros permanecessem sem pecado, a comunidade era uma encarnação, e não uma réplica imperfeita, da ordem divina. Além disso, os que emigravam de uma comunidade matriz podiam fundar novas congregações e iniciar uma relação independente com Deus. Em contrapartida, a municipalidade hispano-americana tinha uma identidade corporativa num sistema de império baseado em hierarquias de unidades urbanas e aldeãs. Internamente, a cidade era composta de grupos étnicos e ocupacionais também unidos por critérios hierárquicos imprecisos. A unidade urbana era um microcosmo de uma

ordem imperial e eclesiástica maior, e a responsabilidade por seu funcionamento adequado não repousava em consciências privadas, mas no arbítrio de notáveis burocráticos, latifundiários e eclesiásticos. A premissa de uma comunidade "sem pecado" era relegada a visões quiliásticas ou a comunidades missionárias, como as dos jesuítas e franciscanos, que serviam de exemplos ou paradigmas.

Essa complexa visão da comunidade urbana consubstanciava-se nos desenvolvimentos institucionais espanhóis da Idade Média. Somente no norte da Espanha, ao longo da rota de peregrinação para Santiago de Compostela, encontramos a intromissão, que começou no século XI, da forma "comunal" de organização municipal que respondia às preocupações mercantis dos viajantes que atravessavam os Pireneus. A experiência municipal que viria a servir de modelo à colonização ibérica de além-mar não foi forjada ali, mas na Espanha central durante o lento repovoamento das terras tomadas aos mouros. Na meseta de León e Castela, o termo *burgués*, com suas implicações comerciais, raramente era usado e não figura nas *Siete Partidas*. Um habitante abastado da cidade era comumente um "cidadão" (*civis*), um "chefe de família" (*vecino*) ou um "homem bom" (*omo bueno*). Mosteiros e pessoas privadas realizaram o primeiro reassentamento, em geral sob a supervisão da coroa. Posteriormente, o controle passou a ser exercido pelos conselhos municipais do antigo reino mourisco, pelas ordens militares e pelos nobres. Grupos de colonizadores livres receberam terras, sob condições e privilégios estipulados. Não conseguiu desenvolver-se um regime municipal "comunal" totalmente pronto, e a administração urbana que geria as atividades rurais foi incorporada à estrutura do Estado. As vilas eram unidades agro-urbanas, e o setor comercial, tão importante no noroeste da Europa, competia com interesses militares, eclesiásticos, agrícolas e pastoris.

Em seu *Tractado de República* (1521), o padre espanhol trinitário Alonso de Castrillo apresenta opiniões sintomáticas sobre cidades e cidadania. Referindo-se à crise da revolta dos *comuneros* de 1520-1521, Castrillo criticava tanto o projeto "estrangeiro" para o império, atribuído ao círculo de Carlos V, quanto os excessos das *comunidades* que se lhe opunham – uma tensão entre a estratégia imperial e o interesse local que já aparecera nas novas colônias antilhanas da Espanha. Buscando um terreno intermediário entre o absolutismo e o constitucionalismo revolucionário, Castrillo lembrava aos leitores que a cidade era a mais nobre das congregações humanas e que um reino era composto apropriadamente de cidades, ou "repúblicas", ordenadas hierarquicamente. Dentro das cidades, cidadãos qualificados deviam gerir os negócios públicos. Das três classes de cidadãos – nobres (*caballeros*), comerciantes (*mercaderes*) e

artesãos (*oficiales*) –, apenas a primeira corporificava virtudes cívicas. Os comerciantes eram corrompidos pela cobiça individual, enquanto os artesãos eram limitados pelos horizontes da necessidade privada. O que Castrillo profeticamente temia era uma confluência da cupidez de uns poucos e a indigência de muitos, o que colocaria em perigo o bem-estar da república.

A ESTRATÉGIA URBANA

O projeto "castelhano" para o desenvolvimento urbano não foi defendido imediatamente na Hispaniola, cenário do esforço inicial de colonização dos espanhóis na América. As primeiras vilas – entre elas a malfadada La Navidad da primeira viagem de Colombo, Isabela, fundada na segunda, e a subseqüente cadeia de centros insulares que alcançavam a primitiva cidade de Santo Domingo no litoral sul – tinham planos irregulares e se assemelhavam às fortificadas "feitorias" comerciais dos italianos no Mediterrâneo e dos portugueses na África. O próprio Colombo citou muitas vezes o exemplo português. Em poucos anos, duas coisas ficaram claras: primeiro, que o litoral sul era mais favorável que o norte à comunicação com a Espanha, ao controle do interior e à parada das expedições para a Tierra Firme; segundo, que usar a cadeia interna de feitorias para a cobrança de tributo não era uma estratégia social ou econômica viável. Isabela, abandonada por volta de 1500, era, na década de 1520, uma ruína mal-assombrada, cujos nobres habitantes, costumava-se dizer, saudavam o incauto visitante tirando-lhes as cabeças junto com os chapéus.

Para remediar a desastrosa administração da primeira década, Nicolás de Ovando foi enviado para Santo Domingo como governador, com instruções de fundar novas colônias que levassem em conta as características naturais e a distribuição da população. Foi-lhe determinado que os cristãos deveriam daí por diante ser agrupados em centros municipais, estabelecendo assim o precedente para a segregação entre as *villas* espanholas e os *pueblos* índios. Ovando chegou em abril de 1502 com 2 500 colonos. Quando, após dois meses, um furacão destruiu sua capital, ele, no desejo de melhorar as comunicações com o interior, a reconstruiu na margem direita do Ozama. O plano da nova cidade era o primeiro exemplo de um traçado geométrico na América. Logo, Ovando projetou um esquema principal para uma rede de *villas* em Hispaniola, quinze das quais receberam o brasão real das armas em 1508. Algumas situavam-se a oeste e a sudeste para controlar a mão-de-obra índia; outras foram localizadas junto às jazidas de ouro ou em zonas apropriadas à agricultura e à criação de

gado. A cidade de Santo Domingo era a capital, o porto principal e o ponto de partida de estradas para o norte e para o oeste. Segundo parece, 50 *vecinos* era o número médio necessário para fundar uma vila. Algumas vilas receberam hospitais num esquema de assistência médica regionalizada. Como coordenador do projeto, Ovando escolheu sítios urbanos, controlou as nomeações municipais e determinou a disposição das residências (*solares*) em volta das *plazas*.

No final de seu mandato, Ovando governava uma população européia de 8 a 10 mil habitantes. Havia criado a infra-estrutura para uma economia regional integrada e desenvolveu a ilha para servir de base para a exploração das Antilhas. Todavia, quando regressou à Espanha em 1509, seus planos estavam comprometidos. Não foram construídas estradas apropriadas, e sua decisão de abolir o inepto sistema de cobrança de tributo, eliminar os caciques e repartir os índios entre os *encomenderos*, as minas e a coroa apressou o declínio da população nativa. Em meados do século XVI, as povoações estavam abandonadas, e a estrada norte-sul, aberta pelos irmãos Colombo, prevalecera sobre o projeto de Ovando de uma integração leste-oeste. Isso levaria, em 1605-1606, à evacuação dos povoados ao norte e a oeste e, finalmente, à cessão da Hispaniola ocidental aos franceses.

Em Cuba, o governador Diego Velázquez, de modo a aproveitar as oportunidades econômicas regionais, escolheu sete sítios urbanos que foram cartografados (1511-1515), como os de Hispaniola. Aqui, ao contrário de Santo Domingo, Havana foi mudada da costa sul para o litoral norte, já que a conquista do México acentuava a importância da rota marítima norte. No final, Havana alcançou Santiago, a antiga capital, e foi indicada como ponto de encontro para os comboios antilhanos da Espanha.

A fase antilhana da conquista viu o triunfo da unidade municipal como instrumento agro-urbano da colonização, e a experiência de Ovando serviu de base para as elaboradas instruções de 1513 que a coroa deu a Pedrarias Dávila para a colonização de Castilla del Oro[2]. A essa altura, os obstáculos para a criação de uma próspera rede de centros eram evidentes: a ausência de estradas utilizáveis, o rápido esgotamento de recursos minerais, a dizimação da população nativa e o engodo das expedições à terra firme. Eram também evidentes os obstáculos ao planejamento regional sob a estrita supervisão de um burocrata

2. Instrução real de 1513 para Pedrarias Dávila, "Ynstrucción para el governador de Tierra Firme, la qual se le entregó 4 de agosto DXIII", em M. SERRANO Y SANZ (ed.), *Orígenes de la dominación española en América*, Madrid, 1918, pp. cclxx-xci.

designado pela coroa. Em Hispaniola e em Cuba logo surgiram assembléias de delegados da cidade para afirmar as prerrogativas municipais. Embora a coroa sempre se tivesse oposto à consolidação de um terceiro estado, no século XVI juntas de delegados da cidade foram convocadas esporadicamente em toda a América espanhola. Na prática, o delegado encontrou seu papel mais eficaz como representante municipal junto à corte, podendo eludir a burocracia e dirigir petições diretamente à coroa para a reparação de injustiças.

O exemplo clássico da possibilidade de escolha, pelos notáveis municipais, de seu próprio *caudillo* e, por intermédio dele, colocar-se numa relação de vassalagem com a coroa foi a ação de Hernán Cortés e seus companheiros, quando, no início da campanha mexicana, repudiaram a autoridade de seu superior imediato, Diego Velázquez. A chamada "primeira carta" de Cortés, despachada de Rica-Villa de Veracruz em 10 de julho de 1519, relatava à coroa que, enquanto Velázquez quisera a expedição apenas para garantir ouro e voltar imediatamente para Cuba, "a todos nós pareceu melhor que fosse ali fundada uma vila em nome de Suas Majestades, com um judiciário e um conselho, de modo que nesta terra Suas Majestades possam ter suserania". Cortés estava "muito feliz e contente" em designar *alcaldes* e *regidores* que, por sua vez, o designaram chefe de justiça e *alcalde mayor*, completando o processo de legitimação[3].

Os dois ramos de governo da cidade – a *justicia*, ministrada por *alcaldes* ou magistrados, e o *regimiento*, por *regidores* ou conselheiros – tinham precedentes castelhanos. No século XIV, a coroa converteu esses cargos em prebendas (*regalías*), refreando desse modo a liberdade municipal. Na América, a coroa em princípio controlava os *regimientos*, mas fazia concessões aos colonizadores com referência à *justicia*. Em virtude do imenso território e das diversas circunstâncias do Novo Mundo, a coroa não pôde implantar totalmente o sistema castelhano e foi forçada a aceitar várias fórmulas de conciliar seus interesses com os dos conquistadores e colonizadores. Embora a municipalidade estivesse inserida dentro da estrutura do Estado e o *cabildo* fosse em parte burocratizado, a idéia regalista também permitia a concessão de *regimientos* vitalícios. Os *cabildos* desfrutaram de considerável autonomia durante os primeiros anos, e os que ficavam nas regiões afastadas continuaram a gozá-la depois que foram impostas as estruturas superiores do governo real.

No quarto livro de sua obra *Milicia y descripción de las Indias* (1599), um experiente *caudillo* do Novo Mundo, Bernardo de Vargas Machuca, forneceu

3. Em J. B. MORRIS (ed.), *5 Letters of Cortés to the Emperor*, New York, 1962, pp. 1-29.

um manual para os fundadores de vilas[4]. Os colonizadores deviam reafirmar aos índios suas intenções pacíficas, aconselhava ele, discutindo ao mesmo tempo os termos de paz e explorando as rivalidades tribais. Os índios deviam ser encorajados a construir casas situadas convenientemente para propósitos missionários. A própria vila devia ficar no centro de sua região para facilitar o abastecimento e as surtidas militares. O lugar devia ser plano e vazio, não situar-se numa perigosa depressão, e ficar próximo da água e da floresta. Para fundar as vilas, os espanhóis e os principais dos índios deviam erguer um tronco de árvore, no qual o *caudillo* devia enterrar sua faca e proclamar seu direito a governar e punir, ressalvando-se a cláusula de que a vila pudesse ser reconstruída depois em local mais conveniente. Ele então declararia:

> Pelo presente, fundo esta comunidade em nome de Sua Majestade, e em seu nome real protegê-la-ei e manterei a paz e a justiça entre todos os seus habitantes, espanhóis, conquistadores, colonos, residentes e forasteiros, bem como toda a sua população nativa. Administrarei justiça eqüitativa tanto ao pobre como ao rico, ao humilde e ao elevado, e protegerei suas viúvas e órfãos.

O *caudillo* brandiria então sua espada, desafiaria um oponente qualquer ao duelo, golpearia o matagal do lugar para estabelecer a posse e colocaria a comunidade sob a jurisdição real. Seria então erguida uma cruz no lugar destinado à futura igreja, uma missa seria oficiada para impressionar os índios e as ordens do *cabildo* do *caudillo*, anunciadas.

Isso feito, os juízes prestariam diante do *caudillo* o juramento de manter a ordem em nome do rei, e os soldados que desejassem residência se comprometeriam a proteger os cidadãos. A seguir, os cidadãos ergueriam tendas e barracas temporárias na *plaza*, que devia ser retangular, mas de conformidade com o terreno. A partir dela, oito ruas, cada uma com 7,5 m de largura, levariam para o exterior, criando quarteirões de 60 por 75 m, divididos em quatro lotes. A igreja, o *cabildo* e a cadeia deveriam ficar de frente para a *plaza*, enquanto os lotes centrais restantes seriam destinados ao *caudillo* e aos principais funcionários. Reservados os espaços para os conventos, os hospitais, um matadouro e um açougue, o *caudillo* distribuiria a terra aos chefes de família. Os caciques índios deveriam então fornecer trabalhadores para construir os edifícios públicos, nivelar os espaços abertos e fazer as plantações sob a supervisão armada

4. As instruções de B. Vargas Machuca aos fundadores de vilas estão no livro 4 de sua *Milicia y desrripción de las Indias* [1599], Madrid, 1892, 2 vols.

dos espanhóis, que precisariam construir uma paliçada para um refúgio de emergência. As residências contíguas de europeus deviam ser ligadas por portas nos fundos ou por paredes baixas, para o caso de uma convocação às armas. Traçada a vila, os soldados deviam fazer o reconhecimento dos arredores, colocar as aldeias índias sob a tutela cristã, avaliar as possibilidades econômicas e fazer relatórios ao *cabildo*, com cópias para os oficiais superiores. Um outro conselho se refere ao povoamento de novos centros a partir do núcleo original; à distribuição de *encomiendas* segundo os méritos dos espanhóis e com a adequação dos índios; a uma advertência aos *caudillos* para que, embora tivessem direito a um quarto da terra, não abocanhassem mais do que podiam mastigar; e à necessidade de estimular o auto-interesse dos índios, permitindo-lhes trocas semanais, estimulando-os à produção de artigos europeus e fechando os olhos a seus furtos ocasionais. "Desse modo, o índio fica mais contente, é controlado com mais facilidade e presta duas vezes mais serviço."

Compreensivelmente, a experiência que dava forma às instruções de Vargas Machuca nem sempre demonstrou um grau de formalismo e calculismo tão elevado. Um relatório de um jesuíta de 1620 declarava que a fundação de Asunción na década de 1530 fora "mais por casamento que por conquista". Quando os espanhóis estavam subindo o rio Paraguai, contava ele, os índios locais

> lhes perguntaram quem eram, de onde vinham, para onde iam e o que buscavam. Os espanhóis lhos disseram. Responderam os índios que não deviam prosseguir porque lhes pareciam boas pessoas, e assim lhes dariam suas filhas e seriam seus parentes. Esse recado pareceu ótimo aos espanhóis, e ali ficaram[5].

Em virtude ainda de seu caráter de manual, os preceitos de Vargas Machuca contêm três pontos que merecem destaque: primeiro, os amplos poderes discricionários de que desfrutavam os *caudillos* e o princípio hierárquico pelo qual recompensavam seus sequazes; segundo, a proteção da autoridade real e eclesiástica a qualquer novo empreendimento municipal; terceiro, o papel dos centros urbanos na apropriação de território e no recrutamento dos nativos para as necessidades econômicas dos colonos e para os propósitos políticos e "civilizadores" do império. Com o passar do tempo, a liderança personalista abriu caminho

5. "Informe de um Jesuíta Anônimo", em J. CORTESÃO (ed.), *Jesuítas a Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*, Rio de Janeiro, 1951.

para o controle por parte dos notáveis municipais, muitas vezes exercido fora do mecanismo formal do *cabildo*. Os historiadores chegaram a concordar que esse governo oligárquico regional, complementado por *cabildos abiertos* em épocas de tensão, transformava a municipalidade na única arena para a autogestão efetiva dos crioulos. Essa opinião chama a atenção para a considerável autonomia dos patriciados locais nas regiões afastadas, mas exagera a descontinuidade entre as raízes populares e a superestrutura do governo. De fato, os *criollos* atingiram posições de autoridade na burocracia real, enquanto as vilas não eram elas mesmas encraves herméticos, mas um local de tensão entre a ambição local e o desígnio imperial. Isto é, as pretensões a uma hinterlândia por parte daqueles que se apropriavam de sua produção e da mão-de-obra índia opunham-se às pretensões da Igreja e do Estado, abrandadas por prebendas e franquias, que objetivavam obter a complacência dos notáveis e absorver a unidade agro-urbana dentro do esquema do império.

Como a economia e a sociedade da América colonial espanhola são chamadas muitas vezes de arcaicas e resistentes a mudanças, esquece-se às vezes que, no intervalo de duas gerações depois da fase antilhana da conquista, alguns milhares de espanhóis estabeleceram um projeto urbano para um continente e meio que prevaleceu em grande parte até os dias de hoje. Na verdade, por volta de 1548, foram criados centros de controle urbano, costeiro e continental, desde o planalto ao sul do México até o Chile. Muitos deles são atualmente bastante conhecidos como capitais nacionais: Cidade do México, Cidade do Panamá (mudada de local em 1671), Bogotá, Quito, Lima, La Paz, Asunción e Santiago. Caracas foi fundada em 1567, enquanto Buenos Aires foi fundada permanentemente em 1580, depois de um efêmero povoamento em 1535-1541. A ampla extensão do modelo de povoamento refletiu a necessidade dos colonizadores de centros de controle sobre futuros trabalhadores e índios pagadores de tributo. Sem os índios, diz o ditado, não há Índias. Depois das experiências iniciais, os encraves comerciais que caracterizaram a expansão ultramarina portuguesa, inglesa e holandesa foram abandonados nas Índias espanholas em favor da apropriação direta de recursos minerais e agrícolas. Nas palavras de Constantino Bayle:

> Os conquistadores eram como os legionários romanos que viraram colonizadores quando abandonaram as guerras, usando terras distribuídas para recompensar seus esforços militares. O objetivo de suas campanhas para subjugar povos nativos era estabelecer-se nas províncias, fundar cidades e produzir meios de viver confortavelmente como na Espanha. Desse modo, não pararam no litoral, e a maioria de suas fundações eram mediterrânicas, onde a fertilidade do solo prometia total compensação de seus esforços. A divisão da terra entre os colonizadores era, portanto, um complemento necessário e indispensável à municipalidade[6].

Como disse o cronista López de Gómara, "quem não consegue colonizar não consegue conquistar adequadamente, e se a terra não for conquistada os habitantes não serão convertidos".

A colonização era, portanto, em grande parte, um trabalho de "urbanização", isto é, uma estratégia de povoamento nuclear para a apropriação de recursos e a implantação de jurisdição. Ainda que se limite a atenção às vilas de europeus, é difícil quantificar, para a América espanhola dos séculos XVI e XVII, a urbanização considerada em seu sentido demográfico simples – que designa agrupamentos populacionais que crescem mais rapidamente do que as regiões ao seu redor. Para começar, as enumerações do período se referem geralmente a *vecinos*, isto é, muito mais chefes de família que controlam séquitos ou *encomiendas* que simples *habitantes* ou *moradores* e pessoas em trânsito (*estantes*), e a proporção de *vecinos* em relação a moradores e índios variou muito de lugar para lugar. Em segundo lugar, na época em que foram estabelecidas as hierarquias urbanas dos espanhóis, o declínio da população índia – rural, aldeã e urbana – precipitara-se de tal forma que tornava sem sentido as medidas usuais, ou a importância de urbanização e desurbanização. Todavia, o uso desse tipo de contagem segundo sua disponibilidade e o estabelecimento de índices ponderados para funções urbanas possibilitam tirar certas conclusões sobre o desenvolvimento urbano em relação ao período aproximado de 1580 a 1630 (época em que a população índia do México central caiu de cerca de dois milhões para perto de 700 mil). Durante esse interregno, parece que as cidades administrativas maiores cresceram mais depressa do que as menores. Dados reconhecidamente incompletos indicam que, nos centros de mais de 500 *vecinos*, nas datas terminais, o número de *vecinos* multiplicara-se por 6,7, enquanto que, nos de 100 a 500 *vecinos*, aumentara apenas um terço. O crescimento mais constante ocorria nos centros burocráticos maiores, dotados de serviços, manufaturas e recursos culturais. O crescimento mais importante ocorreu em portos protegidos (Havana, Callao), em vilas de mineração (Potosí, Oruro, Mérida em Nova Granada, San Luis Potosí) e em centros agrícolas intermediários (Atlisco, Querétaro, Santiago de los Valles). As atividades econômicas, po-

6. CONSTANTINO BAYLE. *Los cabildos seculares en la América española*. Madrid, 1952, pp. 85-86.

rém, tendem a ter um impacto apenas regional ou então a voltar-se para o projeto mercantilista espanhol. Na época, o padrão urbano maior era definido de maneira mais apropriada como um "esquema" de cidades do que como um complexo de "sistemas" urbanos interligados[7].

A estratégia municipal de apropriação dos recursos derivava do princípio legal romano, revivido no final do medievo espanhol, o qual separava o domínio público e o privado, conferindo muito mais à coroa que ao rei, na qualidade de senhor feudal, o direito de dispor dos recursos naturais, inclusive da terra, por *merced real* ou *gracia*. Uma precoce afirmação de política idealista apareceu numa cédula de 1518 que distribuía fazendas e lotes urbanos a colonos e a seus herdeiros em caráter vitalício, "em ampla quantidade, de acordo com a disposição de cada um a cultivá-los". A cédula adota como agente distributivo uma unidade municipal e acentua as preocupações sociais ou políticas da coroa. Essas preocupações não deveriam prevalecer contra o caráter predatório e personalista da colonização, e na formulação da política fundiária acabaram por competir com os próprios interesses econômicos e fiscais da coroa.

A lei espanhola deu lugar a três tipos principais de concessão de terra. Um era a *capitulación*, que dava ao chefe de uma expedição o poder de fundar vilas e distribuir terras, que deviam ser ocupadas efetivamente por quatro a oito anos. O segundo era uma concessão de terras devolutas, em obediência a decretos codificados que estipulavam, por exemplo, que os fundadores de vilas não podiam ser proprietários em vilas existentes, que os prováveis fundadores deviam garantir a presença de pelo menos trinta *vecinos* e que as novas vilas deviam estender-se por quatro léguas de terra e ficar a uma distância de cinco léguas dos centros anteriores. Posteriormente, à medida que o tesouro real se exauriu e foram ocupadas as terras melhores perto das vilas e ao longo das estradas, a coroa passou a favorecer cada vez mais o valor de troca da terra em relação a seu valor de uso. Numa cédula de 1591, que Ots Capdequí chama de "reforma agrária", as terras não concedidas especificamente deviam reverter à coroa num terceiro tipo de concessão: a venda em leilão. Mesmo nesse caso, um *cabildo* poderia conseguir para si mesmo como pessoa jurídica um título de terra coletivo ou, na eventualidade de um leilão, aparecer como único arrematante e depois redistribuir a terra livre de encargos. O antigo ideal da coroa de colônias rurais

7. Ver J. E. HARDOY & C. ARANOVICH, "Urbanización en América Hispana entre 1580 y 1630", *Boletín del Centro de Investigaciones Históricas y Estéticas (BCIHE)*, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 11: 9-89, 1969.

independentes desapareceu diante dos latifúndios concentrados em locais privilegiados, disputados com vigor, sempre em detrimento dos recém-chegados e dos sem-recursos. A renda da coroa proveniente das vendas de terra não podia ser totalmente realizada, devido às dificuldades de fiscalização sistemática e de desembaraço dos títulos e ao fato de os juízes, educados no direito justiniano, relutarem em aplicar políticas que ameaçassem a propriedade plena. Numa segunda "reforma agrária", a coroa, por meio de uma *instrucción* de 1754, tentou reafirmar o controle sobre as vendas de terra e as *composiciones*, determinou clemência no trato das reivindicações dos índios e requereu a legalização de títulos de terras adquiridas após 1700. A essa altura, porém, os arranjos territoriais *de facto* dos *cabildos* resistiam vigorosamente à mudança.

O que persistiu, naturalmente, não foi um projeto rígido, mas um conjunto de tendências. Muitas das fundações originais se mostraram efêmeras devido à má escolha de lugar; a desastres como terremotos, erupções vulcânicas ou doenças; a ataques índios; à escassez de recursos naturais e à deficiência das possibilidades econômicas; ou simplesmente ao atrativo de novos projetos. Os fundadores de Jauja, no Peru, estipularam que seu primeiro sítio seria usado somente até que fosse encontrado outro mais conveniente. Algumas vilas foram mudadas seis ou até mais vezes. Nueva Burgos em Nova Granada foi chamada cidade "portátil", carregada de um lugar para outro nas costas das pessoas, enquanto buscavam um lugar onde os índios as deixassem em paz para semear seus campos. Algumas vilas tornaram-se pomos de discórdia entre *caudillos* rivais, que podiam impor o controle de uma pela outra e redistribuir a escolha de terras a seus protegidos. Outras vilas apoderaram-se de vastas jurisdições muito além de sua capacidade de colonizá-las. Buenos Aires reclamou direitos sobre a maior parte da atual Argentina, Quito sobre todo o Equador atual e parte da Colômbia, e Asunción sobre toda a terra num raio de cem léguas.

O estudo da Tunja do século XVII mostra de que maneira um projeto de colonização regional poderia ramificar-se e consolidar-se[8]. Fundada em 1559, Tunja era nas montanhas de Nova Granada a segunda vila mais importante depois de Bogotá. O ato de fundação justificava a escolha do local por ser capaz de oferecer "caciques e índios e terra disponível para sustentar os espanhóis". Em 1623, a cidade tinha 476 prédios, incluindo vinte igrejas e conventos, mas apenas sete "edifícios públicos ou indústrias". A população compreendia 3300 adultos espanhóis do sexo masculino e um número indeterminado de índios,

8. V. CORTÉS ALONSO, "Tunja y sus vecinos", *Revista de Indias*, 25(99-100): 155-207, 1965.

negros e mestiços. Os funcionários da cidade provinham das 70 ou mais famílias de *encomenderos* que moravam em casas cobertas com telhas que poderiam ostentar dois andares em torno dos pátios internos e exibir ornamentos e brasões de armas. Os espanhóis mais humildes – comerciantes, mestres artífices, artesãos – viviam em casas acanhadas, cobertas de palha. Os não-europeus e os mestiços eram geralmente carregadores e viviam em *bobíos* fora da cidade.

O comércio desenvolvia-se em três níveis. Os quinze principais comerciantes importavam tecido fino e pequenos artigos de luxo da Espanha. Regionalmente, estes e outros comerciantes menores comerciavam por toda a Nova Granada, usando os 30 cavalos e mulas da cidade para exportar produtos agrícolas e pecuários, lençóis, sandálias, artigos de couro e farinha. Os *tiangues* ofereciam duas vezes por semana uma praça de mercado local para a venda do produto local e das mantas de algodão e da cerâmica dos índios. Sistemas análogos em três camadas foram descritos em relação à Nova Espanha. As cidades maiores de Yucatán tinham comerciantes de longas distâncias (*mercaderes*), geralmente imigrantes bem relacionados com os *encomenderos*; comerciantes varejistas (*comerciantes*), crioulos ou às vezes mestiços que faziam o comércio local e negociavam com a população rural; e os *tratantes*, muitas vezes mestiços, índios ou mulatos, que comerciavam com as comunidades indígenas. De modo semelhante, o comércio de Querétaro funcionava em três níveis: o primeiro que estava nas mãos dos agentes comerciais da Cidade do México, o segundo que se mantinha num raio provincial e fornecia crédito à indústria e à agricultura, e o terceiro, que servia os varejistas da cidade.

No caso de Tunja, o estado rudimentar da manufatura e das finanças e a orientação agrária do patriciado sugerem que o comércio era secundário na definição funcional da cidade. Mais decisivas eram as linhas de fidelidade e controle políticos. A hierarquia social representada em círculos concêntricos do estilo arquitetônico de Tunja simbolizava outras hierarquias, espacialmente estendidas, mas sempre centradas na *plaza*. As funções políticas não correspondiam exatamente aos três níveis da atividade comercial. Primeiro, Tunja era um ponto de equilíbrio instável entre as pretensões e os favores da Igreja e do império e o separatismo dos *encomenderos*, muitos dos quais descendiam dos soldados amotinados de Pizarro. Se nove das maiores *encomiendas* pertenciam à coroa, também era verdade que os *encomenderos* de Tunja compunham o mais poderoso patriciado de Nova Granada e o único a opor-se fortemente às cobranças de impostos dos anos 1590. Segundo, a cidade era a base administrativa para as vilas circunvizinhas colonizadas a partir de Tunja, algumas das quais a 100 milhas de distância. Terceiro, Tunja era o centro de controle de 161 *encomiendas* que representavam aldeias de oitenta a dois mil índios.

Tunja ilustra de modo útil como esquemas de dominação impostos de cima se entrecortam para produzir um modelo hierarquicamente ordenado de colonização. Evidencia também dois aspectos da história urbana hispano-americana – relações interétnicas e atividade comercial – que são uma chave não apenas para a sociedade urbana, mas também para a formação de padrões interurbanos de colonização.

AS VILAS E OS ÍNDIOS

Um objetivo central da política de colonização espanhola era a criação de duas "repúblicas", uma de espanhóis e outra de índios. O termo "república" implicava uma *polis* agro-urbana formada por grupos sociais e ocupacionais funcionalmente integrados e inserida na estrutura do império embora desfrutando de certa independência, ou pelo menos de uma autonomia administrativa. Conquanto a noção de duas repúblicas sugira igualdade e, para os índios, tenha significado oficialmente uma armadura protetora contra a exploração, a república de índios tornou-se um eufemismo para designar um regime de destribalização, arregimentação, cristianização, exação de tributo e trabalho forçado. Além disso, o que aparecia na prática não era a implantação da *polis* na visão esposada por Las Casas, mas a nucleação urbana, designada pelos termos *pueblos de españoles* e *pueblos de indios*. Uma cédula de 1551, retomada mais tarde na *Recopilación*, ordenava que "os índios fossem reduzidos a *pueblos* e não vivessem divididos e separados por montanhas e colinas, destituídos de todos os benefícios espirituais e temporais". Como o estudo da América Central deixa claro, as vilas de espanhóis e as de índios não tinham qualquer padrão de comparação. Nas primeiras, a disposição das moradias refletia uma hierarquia social, e a *plaza mayor*, com suas estruturas distintivas, eclesiástica, administrativa, fiscal e comercial, identificava o local e as funções da autoridade. Nas vilas índias, onde as distinções sociais foram apagadas ou drasticamente simplificadas, a localização residencial não era indicativa de posição social ou política, e a *plaza* não passava de um "espaço vazio pouco definido, dominado por uma igreja, sua única distinção arquitetônica"[9].

9. S. D. MARKMAN, "The gridiron town plan and the caste system in colonial Central America", em R. P. SCHAEDEL, J. E. HARDOY & N. S. KINSER (eds.), *Urbanization in the Americas from its Beginnings to the Present*, La Haye, 1978, p. 481.

As implicações da colonização espanhola para os povos nativos da Nova Espanha são razoavelmente claras. Às vésperas da conquista, eram raras as grandes concentrações urbanas como Tenochtitlán, e os índios viviam geralmente em pequenos povoados, muitas vezes contíguos. As povoações maiores tinham uma praça de mercado, um templo e residências para os padres e os nobres, com aglomerações afastadas para as pessoas comuns. Estas eram muitas vezes fortificadas e localizadas em elevações para servir de refúgio em tempo de guerra para a população vizinha. Outros centros eram primordialmente cerimoniais, habitados apenas por padres. Em muitas regiões, pequenas aglomerações, cada uma com algumas casas, se disseminavam amplamente por todas as terras cultivadas.

Durante uma geração após a conquista, epidemias devastadoras, especialmente de varíola e de cachumba, tiveram um efeito muito mais punitivo sobre a população índia, especialmente aquelas situadas nos centros populosos e em áreas de planície, do que os esquemas da colonização espanhola. Algumas cidades estratégicas, como Tenochtitlán, foram apropriadas e reconstruídas pelos conquistadores. No entanto, os sítios preferidos para as novas vilas eram exatamente as regiões de vale que os índios haviam considerado menos defensáveis ou adequadas. Durante esses anos, os espanhóis impuseram sua visão urbana, menos através da relocalização do que da redefinição institucional. Antes da conquista, o vale do México estava dividido em numerosas "cidades-estado" unidas cultural e lingüisticamente. Eram formadas por uma comunidade central de vários milhares de habitantes organizados em grupos familiares (*calpullec*), onde residia o dirigente local (*tlatoani*; plural, *tlatoque*), e por suas comunidades-satélite compostas de um único *calpulli* que controlava a posse da terra. Essa cidade-estado, ou *altepetl*, era maior do que uma aldeia e menor que uma bacia fluvial; era, nas palavras de Lockhart, "menos um complexo urbano do que a associação de um grupo de pessoas dotado de uma dada extensão territorial", e a palavra *altepetl* significava originalmente "água e colina". Sobre essa estrutura de grupos de linhagem os espanhóis projetaram a nomenclatura política ibérica. Isto é, a comunidade central tornou-se uma *cabecera* subdividida em distritos ou *barrios*, enquanto os grupos periféricos se tornaram *estancias* ou *sujetos*. Todo o complexo de colonização veio a ser conhecido pelo nome de *pueblo*, ainda que lhe faltasse inteiramente a forma física e a estrutura coesa associadas ao protótipo espanhol. O chamado *pueblo*, por sua vez, foi deslocado de sua posição na organização tributária imperial asteca e inserido numa hierarquia administrativa européia de *partidos* e, acima deles, de *provincias*. Os chefes índios logo aprenderam as novas regras e começaram a competir no sentido de adquirir privilégios para suas *cabeceras* ou, então, de ter seus *sujetos* alçados à posição de *cabecera*. Aqui e ali, o modelo disperso de povoamento anterior à conquista perdurou até cerca de 1550, e foi até ampliado pela fuga de grupos de índios para lugares distantes. Os espanhóis conseguiram acomodar uma instituição peninsular, a *encomienda*, a um modelo de colonização existente e a um sistema vigente de extração de tributo e de trabalho. Aos *pueblos de españoles* foi dada cada vez mais a condição de centros de controle, enquanto os *tlatoque*, aos quais os espanhóis aplicavam o nome antilhano de "caciques", serviam de intermediários para os novos senhores. Uma boa quantidade da mão-de-obra índia disponível foi empregada para construir obras públicas, igrejas, conventos e sedes administrativas para a Cidade do México e os *pueblos de españoles*.

Esse modelo da pré-conquista modificado conduziu inevitavelmente ao projeto de caráter fortemente nuclear, que foi a preferência inicial da coroa espanhola. Uma causa demográfica foi a severa mortalidade da população índia, que tornou inviável a vida corporativa nos centros dispersos e exigiu a consolidação dos sobreviventes em aglomerações acessíveis e administráveis. Depois da epidemia de 1545-1548, as ordenações reais prescreveram explicitamente que os nativos fossem congregados em *pueblos* de estilo europeu perto das casas religiosas. A aceitação dessa política era ajudada pelas ambições algumas vezes conflitantes de eclesiásticos e *encomenderos*, ambos preocupados em manter seus distritos sob estrita vigilância. Os padres eram os agentes mais bem-sucedidos da hispanização e da cristianização, realizadas por meio da criação em grande escala de novas cidades, quer pela fusão dos centros existentes quer pela congregação de populações dispersas. As cidades eram batizadas ou rebatizadas com nomes de santos católicos; os índios eram designados para pequenos serviços religiosos; e os rituais municipais, as *fiestas* e as congregações aproximavam os índios do calendário cristão. Seja sob a tutela dos padres seja sob a dos *corregidores*, foram amplamente introduzidas as formas municipais espanholas, o *cabildo* e os cargos que o compunham. Por volta de 1560, a maioria das *cabeceras* originais haviam se mudado para locais planos e baixos, e muitos índios, dispersos em áreas remotas, estavam sendo relocalizados em *cabeceras* e *sujetos*.

Após outro desastroso período de praga (provavelmente de tifo) e de fome em 1576-1581, a coroa intensificou o programa de congregação forçada exigido pelos padres e pelos *encomenderos*. Quando entrou em vigor, em 1593-1605, a nova estratégia de relocalização projetada para a maior parte da Nova Espanha, milhares de nomes de lugares desapareceram e o traçado espanhol em grade, com sua grande *plaza*, tornou-se uma visão familiar. Contudo, a urbanização forçada so-

freu fortes oposições. Primeiro, o agrupamento tornou os índios mais vulneráveis às doenças contagiosas. Segundo, a apropriação espanhola de propriedades rurais abandonadas pelos índios criou uma nova instituição produtiva, as *haciendas*, que começaram a substituir as vilas índias no abastecimento das crescentes populações dos centros urbanos maiores. Aqueles trabalhadores que sofriam com a fome e os opressivos programas de tributos eram aliciados para a maior segurança do trabalho na *hacienda*, muitas vezes em condição de *peonaje* (servidão por dívida). Assim, a estrutura corporativa das municipalidades índias atrofiou-se quando sua vida econômica se tornou precária e o controle passou para os *hacendados* e os funcionários reais. Rapidamente se constituiu o binômio latifúndio-cidade grande que durante séculos viria a comandar os modelos de colonização e os fluxos econômicos em grandes regiões da América espanhola. Essas novas fontes de organização do trabalho e da economia ajudaram na transição de um sistema econômico anterior à conquista para outro que se engrenava mais diretamente no modo europeu de produção agropastoril, mineira e manufatureira baseado na *peonaje* e no trabalho assalariado.

A grande descoberta de prata em Zacatecas, em 1456, criou problemas especiais de colonização, pois esse importante sítio estava no centro do planalto centro-norte que se estendia para o norte numa margem do rio Lerma e era dominado pelas tribos belicosas e seminômades dos chichimecas. Os primeiros esforços para proteger o tráfico ao longo das estradas de prata, para criar povoados defensivos e tranqüilizar os índios com garantias de colonização, malograram todos, embora vilas de importância futura, como Celaya, León e Saltillo, datem da década de 1570. Somente após 1585 é que foi delineada uma política viável de pacificação, que implicava o desenvolvimento de um sistema de missão efetivo a cargo dos padres e a relocalização dos índios sedentários, especialmente os tlaxcalanos, com o intuito de estabelecer modelos de comunidades agrícolas. A própria Zacatecas chegou a ter, no início do século XVII, uma população de 1 500 espanhóis e três mil índios, negros e mestiços. Em torno do traçado irregular da cidade nuclear, logo se formaram aldeias índias agrupadas por "nações" de origem.

Embora desprovidos de centros monumentais, os povoados chibchas da *sabana* de Bogotá eram semelhantes aos da Mesoamérica[10]. A ocupação da terra era dispersa e baseava-se em grupos familiares (*utas*) organizados em *sivin*, e

10. J. A. & E. E. VILLAMARIN, "Chibcha settlement under Spanish rule, 1537-1810", em D. J. ROBINSON (ed.), *Social Fabric and Spatial Structure in Colonial Latin America*, Ann Arbor, 1979, pp. 25-84.

estes, por sua vez, em comunidades chefiadas por um *sijipena* que se tornou o cacique dos espanhóis. Após 1549, a política de nucleação forçada dos conquistadores encontrou forte resistência e, por volta de 1600, três quartos dos cem ou mais povoados índios da *sabana* ainda estavam intatos. A *mestizaje* e a hispanização dos caciques prosseguiram por mais tempo do que no México. A pecuária espanhola foi mais eficaz do que a política real de forçar os índios a se relocalizar e deixar a terra para uso dos europeus. Os povoados em forma de tabuleiros de xadrez tornaram-se mais comuns no século XVII, embora os índios preferissem permanecer em seus locais dispersos, deixando as vilas para palco de funções religiosas e fiscais intermitentes e local de residência ocasional de brancos e mestiços.

Em seus efeitos sobre os modelos de povoamento índio, a colonização do Peru também foi análoga ao caso mexicano, embora as diferenças de geografia e de recursos, de instituições indígenas e de soluções pragmáticas da conquista tenham criado variações significativas. Uma característica central do sistema urbano imposto foi que, embora os espanhóis tivessem ocupado e reconstruído Cuzco, a capital dos incas, sua própria capital se localizou em Lima, no litoral. Ao mesmo tempo, o surto das minas de Potosí, nos planaltos distantes, levou àquela cidade uma população em número bastante superior à de suas congêneres mexicanas. Por volta de 1557, doze anos após a descoberta da prata, contavam-se 12 mil espanhóis; em 1572, a população aumentara para 120 mil pessoas de todas as raças, e em 1610, às vésperas do declínio, já contavam 160 mil, número que, se for correto, transformou Potosí na maior cidade do hemisfério. Diferentemente de Tenochtitlán-México, Cuzco perdeu sua função de integração política e cosmológica na qualidade de "umbigo" do mundo incaico e tornou-se um ponto de ligação entre dois novos pólos de atração. A predileção dos espanhóis pela zona litorânea e sobretudo por Lima condicionou fortemente o que Wachtel denomina a "desestruturação" espacial do reino andino.

No plano regional, os espanhóis se defrontaram novamente com o povoamento disperso, sendo a propriedade de terra administrada por grupos de linhagens (*ayllus*) sob a supervisão de senhores ou *curacas*, que se tornaram os caciques ou intermediários. Todavia, é bem possível que o impacto da economia européia de mercado tenha sido muito mais grave nos Andes do que na Mesoamérica. É que aqui, antes da conquista, a troca de produtos entre as regiões de climas diferentes não dependia de transações de mercado, mas do controle de micro-hábitats em altitudes diferentes por conglomerados de grupos de parentesco num sistema daquilo que foi denominado "arquipélagos ver-

ticais" – solução também presente, pelo menos em forma rudimentar, entre os chibchas. Em oposição a essas frágeis redes de produção complementar, os espanhóis impuseram suas noções de terra-mercadoria, de exação tributária e de urbanização nuclear melhorada por todos os equipamentos da vida urbana européia. Tais políticas receberam seu impulso original do vice-rei Francisco de Toledo (1569-1581), apelidado o Sólon peruano, que ordenou, por exemplo, que 16 mil índios da província de Condesuyo fossem transferidos de 445 aldeias para 48 *reduciones* e que 21 mil índios de Cuzco fossem trazidos de 309 aldeias para 40 *reduciones*.

No que se refere à América Central, é possível rastrear a erosão a longo prazo da dicotomia entre povoados espanhóis e índios causada pela mistura de raças e pela mudança econômica. Com a miscigenação, a linhagem étnica original produziu grupos intermediários de mestiços, mulatos e zambos, que, no final do período colonial, desmoronaram num setor indeterminado de *pardos* ou *ladinos*. As vilas, tanto espanholas quanto índias, comandando as hinterlândias produtivas e bem localizados no que diz respeito ao comércio, atraíram todos os grupos étnicos, tornando-se *pueblos de ladinos*. Se algumas vilas índias isoladas, especialmente as de origem dominicana e franciscana, se estagnaram e mantiveram suas características primitivas, muitas outras, por exemplo, nas zonas do anil da costa do Pacífico, atraíram populações mestiças. Estes centros foram transformados arquitetonicamente, com arcadas em volta das *plazas* e a construção monumental eclesiástica e civil. Do mesmo modo, um vívido centro espanhol como Santiago de los Caballeros atraiu uma população mestiça, acomodada numa *traza* oficial cada vez mais extensa. Algumas vilas espanholas, por outro lado, nunca prosperaram e perderam sua predominância regional. Na *sabana* de Bogotá, brancos, mestiços e alguns *pardos* e negros se infiltraram crescentemente nos *pueblos de indios*, ou *resguardos*, uma mudança assinalada muitas vezes pela conversão de *resguardos* em *parroquias*. Também Marzahl descreveu a ruptura da segregação étnica na região de Popayán, na atual Colômbia, onde os latifúndios e a mineração atraíram muitos não-índios para antigas vilas indígenas. Na própria cidade, a população espanhola misturou-se cada vez mais, ao longo da escala social, com artesãos e pequenos fazendeiros de extração índia e mestiça.

Como este último exemplo sugere, o princípio das "duas repúblicas" foi aplicado internamente a cidades de duas etnias, bem como a sistemas de lugares centrais e satélites. Mesmo numa vila como Querétaro, onde índios, negros, mestiços e espanhóis se misturavam no padrão residencial original, acabaram

por desenvolver-se *barrios* índios que preservaram as línguas, os costumes e os hábitos familiares indígenas. O caso clássico de segregação é a Cidade do México, onde a *traza* central planejada compreendia cerca de trinta blocos em cada direção e era rodeada por quatro *barrios* índios de planejamento irregular em forma de L, que eram governados por funcionários índios e forneciam força de trabalho à cidade central. Inevitavelmente, as fronteiras se dissolveram quando ocorreu a miscigenação e a proporção de índios para brancos mudou de 10:1, em meados do século XVI, para 1:2, no fim do século XVIII. Em várias ocasiões eclodiram conflitos entre índios e mestiços, especialmente os distúrbios de 1624 e 1692, e foram feitas tentativas de restaurar o arranjo dicotômico original. Depois da insurreição de 1692, uma comissão que incluía o eminente erudito Carlos Sigüenza y Góngora registrou "distúrbios da parte de índios que viviam no centro da cidade" e a necessidade de congregá-los em "seus *barrios*, curatos e distritos, onde deviam ser organizados para seu melhor governo sem serem admitidos na cidade central". Os documentos falavam da "insolente liberdade" dos índios da cidade, que abandonavam suas casas, impedindo a administração civil e eclesiástica e a cobrança de tributo e enchendo "essa república" de gente "preguiçosa, vagabunda, inútil, insolente e torpe", predisposta ao crime e "confiante na impunidade assegurada pelo próprio anonimato e obscuridade". Culpavam-se ambos os lados. Primeiro, os *barrios* índios foram invadidos por negros, mulatos e mestiços, que eram teimosos, desonestos, ladrões, trapaceiros e cheios de vícios e corrompiam os índios ou os forçavam a buscar outro refúgio. Segundo, os espanhóis que viviam na *traza* estavam dispostos a proteger os índios renegados, a fim de lhes alugar um quarto, ou uma choça, uma relação fortalecida por laços de *compadrazgo* que dissimulavam "o comportamento despudorado que irrita nossa paciência"[11]. A tendência à mistura étnica, tanto biológica quanto espacial, era claramente irreversível. As novas subdivisões eclesiásticas e civis da cidade, no final do século XVIII, se proclamavam favoráveis à segregação índia, mas nada faziam para restaurá-la.

Recente pesquisa sobre Antequera, no vale de Oaxaca, sublinha o papel da cidade na integração cultural durante todo o período colonial[12]. Um recenseamento da cidade, feito em 1565, identificou dez categorias étnicas de índios, sete das quais do grupo nahua, distribuídas dentro da *traza*, em sua periferia,

11. "Sobre los inconvenientes de vivir los indios en el centro de la ciudad", *Boletín del Archivo General de la Nación*, México, 9 (1): 1-14, 1938.

12. J. K. CHANCE, *Race and Class in Colonial Oaxaca*, Stanford, 1978.

na comunidade-satélite de Jalatlaco, ou em fazendas próximas. Pouco a pouco essas identidades culturais se dissolveram, à medida que os *barrios* índios perderam seu caráter étnico, as línguas nativas caíram em desuso, a distinção entre os nobres índios e os homens comuns desapareceu e os não-índios fixaram residência em Jalatlaco. Os índios originariamente considerados como *naborías*, ou fonte de mão-de-obra "na cidade", tornaram-se índios urbanos proletarizados que eram "da cidade". A proliferação de grupos mestiços, a miscigenação de *criollos* brancos e *castas* através da hierarquia ocupacional, e – após a revolução econômica da região na década de 1740 – a crescente importância das normas do *status* econômico em relação ao *status* étnico, tudo colaborou para apagar a distinção entre colonizado e colonizador.

Numa visão mais ampla, é claro que as povoações maiores no período de conquista eram um cenário de extensa mistura racial entre europeus, africanos e índios, devido especialmente à escassez de mulheres espanholas e africanas. A estratificação subseqüente e a conversão de grupos raciais em *castas*, como foi sugerido por C. Esteva Fabregat, favoreceu "tanto a separação social como a relativa auto-suficiência sexual de cada grupo étnico ou *casta*". Numa terceira fase, ocorreu a erosão do sistema de *castas* no exato momento em que a nomenclatura popular para a crescente variedade de combinações raciais estava sofrendo uma multiplicação barroca. Nas grandes cidades, sobretudo, esse processo foi acelerado por migrações para o centro urbano, inquietações políticas e mudanças econômicas que abalaram as estruturas corporativas da sociedade e deram origem a uma nova psicologia do mal-estar e da agressividade. A suspensão de categorias étnicas em favor de uma ampla distinção entre a gente de bem e o populacho, *gente decente* e *la plebe*, era um fenômeno urbano que refletia uma crise de autoridade, um enfraquecimento dos controles sociais e aumentava a agressividade entre os setores "populares". Em seu estudo das "multidões" na história peruana, escrito em 1929, Jorge Basadre postulava uma transição, no século XVIII, das multidões religiosas e "áulicas" que fervilhavam nas ruas de Lima como espectadoras e celebrantes para multidões que, embora ainda "pré-políticas", revelavam uma disposição mais frustrada e ameaçadora. Analogamente, na Cidade do México, surgiu a cultura urbana do *leperismo*, divulgado em relatos de viagem de estrangeiros e denominado pelo termo de origem racial indistinta, *lépero*, que era retratado como insolente, vadio, agressivo com as mulheres e dado ao vício e aos assaltos à propriedade.

Usando estatísticas do *Diccionario de América* de Alcedo, de 1789, foi feita uma tentativa de especificar a composição racial dos povoados em toda a Amé-

rica espanhola. Dos 8 478 povoamentos tabulados, 7 884 são considerados *pueblos* primordialmente rurais, enquanto 594 *ciudades*, *villas* e centros de mineração, 7% do total, são dotados de funções "urbanas" significativas, baseadas no comércio, nos serviços e na indústria. Essa divisão não reconhece uma separação entre o urbano e o rural no sentido moderno, pois muitos centros chamados "urbanos" eram pequenos e todos incluíam residentes rurais. Ademais, a distribuição populacional por esse critério conjectural reforça a sugestão de que o cenário urbano era o hábitat principal dos grupos de brancos e mestiços (ver Tabela 1). Primeiro, apenas 20 a 25% dos índios e brancos residiam em lugares urbanos; segundo, os brancos e mestiços compreendiam 20% da população rural e 50% da urbana; terceiro, os mulatos eram numericamente quase iguais aos negros nas zonas rurais e quase o dobro nas áreas urbanas.

TABELA 1 / POPULAÇÃO IBERO-AMERICANA C. 1789 POR GRUPO ÉTNICO E LOCAL DE RESIDÊNCIA

	Residentes de Locais URBANOS			Residentes de Locais RURAIS			Totais dos Grupos	
	total em mil	% da popul. urbana	% do grupo étnico	total em mil	% da popul. rural	% do grupo étnico	total em mil	% da popul. total
Índios*	1 728	36,8	22,0	6 132	65,3	78,0	7 860	55,8
Brancos	1 670	35,6	51,8	1 553	16,5	48,2	3 223	22,9
Mestiços	666	14,1	64,4	368	3,9	35,6	1 034	7,3
Mulatos	419	8,9	39,1	653	7,0	60,9	1 072	7,6
Negros	214	4,6	23,7	688	7,3	76,3	902	6,4
Totais	4 697	100,0	33,3	9 394	100,0	66,7	14 091	100,0

* Exclui os *indios barbaros*.

Fonte: Adaptado de C. ESTEVA FABREGAT, "Población mestizaje en las ciudades de Iberoamérica: Siglo XVIII", em F. DE SOLANO (ed.), *Estudios sobre la ciudad iberoamericana*, Madrid, 1975, p. 599. A tabela contém erros de arredondamento.

Alguns sugeriram que a identificação étnica deu lugar a uma identificação de classe nas cidades maiores e até a uma embrionária "consciência de classe" dos pobres. Essa afirmação parece exagerada quando nos lembramos de que a consciência de classe, mesmo dos trabalhadores da indústria nas cidades latino-americanas no século XX, é problemática. É mais plausível dizer que o período que vai de meados do século XVIII a meados do século XIX era uma época de crescimento absoluto, senão necessariamente relativo, da população urbana e, especialmente durante os movimentos de independência, de um afrouxamento dos controles so-

ciais que encorajava o pobre urbano a adotar atitudes insolentes para com a autoridade constituída.

Uma geração após a conquista, os povos nativos da Nova Espanha e do Peru chegaram a compreender que haviam perdido as identificações primordiais com sua multifária gama de grupos étnicos e estavam reduzidos a um estrato comum de "índios". De modo análogo, os variegados fenótipos dos últimos *castas* coloniais urbanos perderam importância social e foram absorvidos numa *plebe* indistinta. Em ambos os casos, a homogeneização dos despossuídos marcou o fracasso do antigo ideal eclesiástico e jurídico da "incorporação" social. Isso despertava, mais do que um sentimento de causa comum, um sentimento comum de deserdação.

AS VILAS E O COMÉRCIO

O contraste mais de uma vez se deu entre o ímpeto comercial das últimas vilas medievais do noroeste da Europa e as funções agro-administrativas características das vilas coloniais hispano-americanas. As primeiras eram pontos de cristalização para as formas iniciais do capitalismo comercial; as segundas eram pontos centrífugos de assalto à terra e a seus recursos. As primeiras eram as sementeiras de uma nova ordem econômica e legal; as segundas eram veículos para uma ordem imperial estabelecida.

O contraste torna-se menos violento quando se reconhece que, na época, o desenvolvimento comercial se intensificou nas Índias à medida que cresceram os mercados locais, que foram identificadas as mercadorias comerciáveis e que se expandiram as oportunidades de comércio no além-mar. Mesmo assim, essas tendências não abalaram a antiga ordem e deram origem a uma nova "burguesia" com uma ideologia diferenciada. As corporações de comerciantes (*consulados*) das grandes cidades, embora fossem grupos fechados com *esprit* corporativo, eram, nas palavras de Veitia Linaje em *Norte de la contratación de las Indias occidentales*, "ajudadas, protegidas e favorecidas pelos reis e por seus ministros". Em vilas baseadas em economias mistas, como Arequipa e Popayán, as elites tiveram habilidade para mudar o sentido do impacto de seus envolvimentos econômicos entre o comércio, a mineração e a agricultura de acordo com as mudanças das condições. A Havana colonial, porto de encontro das frotas de retorno, não era uma cidade mercantil, mas de serviços, já que suas funções portuárias eram sujeitas à programação errática do sistema de frota. Para compensar Havana por sua utilidade ao esquema mercantilista, a coroa reconheceu os interesses agrários de seus notáveis ao conceder a seu *cabildo* – um dos dois que detinham esse privilégio nas Índias – o direito de distribuir terra diretamente sem a aprovação do rei.

De modo geral, os imigrantes espanhóis tinham preferência, em todas as Índias, sobre os *criollos* nas carreiras comerciais, mas seu capital era freqüentemente recanalizado para propriedades rurais e doações à Igreja. Medellín, segundo parece, era uma exceção, dadas as poucas possibilidades ali existentes de adquirir terra produtiva; nesse caso, os filhos tendiam a seguir os pais na mineração ou no comércio, que ofereciam ocupações de alto nível[13]. No entanto, no que se refere à Cidade do México após a década de 1590, ainda que se encontrem exemplos de duas gerações de famílias de comerciantes, a norma era muito mais a circulação da elite mercantil do que sua consolidação[14]. Mesmo na importante cidade "comercial" de Buenos Aires do fim da época colonial, onde a terra agrícola que ficava além das *quintas* suburbanas ainda não era atrativa para os investidores, os comerciantes não criaram aparentemente uma classe estável. Não apenas seus filhos preferiam a carreira eclesiástica, a militar e a burocrática, como também as instituições para aventuras comerciais eram tão rudimentares e tão vulneráveis às leis de herança que as empresas de comércio raramente sobreviviam por uma geração[15]. Outras cidades em zonas de rápido crescimento eram ainda menos progressistas. A Caracas do final do período colonial, como descobriu o viajante Depons, era mais uma oficina do que um centro comercial; ainda eram desconhecidas as funções do câmbio, do papel-moeda, do desconto. Havana, apesar do ímpeto econômico conferido pelas exportações de açúcar após 1760, não teve bancos permanentes até a década de 1850. A Guayaquil de 1790, com as exportações de cacau elevadas, era uma pequena cidade de 8 mil habitantes, "com pouca coisa no estilo de instituições financeiras ou até mesmo casas comerciais especializadas"[16]. Um estudo do mercado de crédito na Guadalajara do século XVIII exemplifica o que se quer dizer com a capacidade financeira arcaica das cidades hispano-americanas[17]. Ali o

13. A. TWINAM, "Enterprise and elites: Eighteenth-century Medellín", *HAHR*. 59(3): 444–475, 1979.

14. L. S. HOBERMAN, "Merchants in seventeenth century Mexico City: A preliminary portrait", *HAHR*. 57(3): 479–503, 1977.

15. S. M. SOCOLOW, *The Merchants of Buenos Aires, 1778-1810*, Cambridge, 1978.

16. M. L. CONNIFF, "Guayaquil through independence: Urban development in a colonial system", *The Americas*, 33(3): 401, 1977.

17. L. L. GREENOW, "Spatial dimensions of the credit market in eighteenth century Nueva Galicia", em ROBINSON, *Social Fabric*, pp. 227-279.

crédito era controlado em grande parte pela Igreja, especialmente no início do século, com um potencial de empréstimo derivado de legados deixados para missas, dotes a conventos, *cofradías*, cobrança de dízimo e renda de bens de raiz. Com tais fundos, a Igreja podia emprestar com regularidade, enquanto os indivíduos – comerciantes, padres, viúvos – podiam emprestar apenas uma ou duas vezes num período de décadas. O capital circulava dentro de um pequeno grupo de homens de negócios e do clero, atingindo o interior por intermédio dos *hacendados*. Que o mercado monetário não alcançou grande impulso no fim do período colonial é atestado pela constatação de que o valor de 892 mil pesos de empréstimos registrado para Guadalajara na década de 1760 caíra para 773 mil na década de 1801-1810.

Embora não tenham emergido uma Amsterdã nas Índias nem uma Filadélfia, um importante elemento da história urbana caracteriza a variada atividade comercial que se avolumou para ratificar, ampliar ou reorientar o plano primitivo do império e as soluções contingentes de conquista. Em virtude do tamanho do palco em que se desenvolveu, o episódio mais dramático foi a elevação da pobre Buenos Aires à hegemonia comercial, favorecida por uma localização estratégica, mas isolada pela política mercantilista espanhola, às custas de Lima, a Cidade dos Reis e capital comercial do vice-reino sulista.

Escrevendo a respeito do "comércio, esplendor e riqueza" de Lima, o observador contemporâneo Bernabé Cobo, em sua *Historia de la fundación de Lima*, dá uma vaga impressão da cidade onde a estrutura de classe, as normas de comportamento e as decisões econômicas eram fortemente moldadas por imperativos comerciais. Na verdade, ao falar do "tremendo volume" de seus negócios e de seu mercado, ele a chama de "capital, empório e feira e bazar permanentes" do vice-reino e regiões vizinhas. A maioria da população da cidade obtinha rendas subsidiárias do comércio com a Europa, a China e a Nova Espanha. A riqueza privada era ainda atraída pelo consumo extravagante. Os quatro ou cinco modestos coches que havia em Lima por ocasião da chegada de Cobo, em 1599, trinta anos depois se elevaram para 200, guarnecidos de seda e ouro e valendo três mil pesos ou mais cada um, soma igual à metade da renda anual de um morgado de herança (*mayorazgo*). Mesmo os mais ricos, com fortunas de 300 mil ou 400 mil ducados, estavam sujeitos a "grande esforço e angústia" para manter "essa pompa vazia". Pessoas cujos bens somavam 20 mil ducados eram consideradas pobres. Grande parte da riqueza da cidade era exibida em acessórios e jóias; mesmo o indigente possuía uma gema ou um prato de ouro ou de prata. O estoque total de jóias e metais preciosos de Lima foi

calculado em 20 milhões de ducados, sendo o investimento em escravos avaliado em 12 milhões – e isso exclusivamente em ornamentos, tapeçarias e artigos de culto. Os hábitos luxuosos no vestir eram tão difundidos que mal se podiam distinguir os grupos sociais. Os comerciantes da Espanha, onde eram aplicadas as leis suntuárias, regalavam-se naquele distante mercado comprador com as sedas, os brocados e as finas roupas brancas. O grosso das fortunas da cidade se assentava em imóveis (fazendas, vinhedos, engenhos de açúcar, fazendas de gado), *obrajes* e *encomiendas*. Apesar disso, a renda total auferida por seus quinze ou mais *mayorazgos* era superada de longe pelos milhões de ducados que fluíam anualmente em salários para eclesiásticos, burocratas e militares.

Buenos Aires, abandonada em 1541, foi finalmente refundada em 1580 para servir de escoadouro no Atlântico para os povoados do interior. Através de seu procurador em Madri, os cidadãos se queixavam da pobreza da região e da falta de pólvora, tecido e vinho de missa. Não era permitido o comércio com o Alto Peru porque Tucumán podia abastecê-la de produtos agropastoris provenientes de local mais próximo. Por conseguinte, a Espanha autorizou o comércio entre Buenos Aires e o Brasil (na época sob domínio espanhol), primeiramente (1595) para a importação de escravos com o objetivo de expandir a produção agrícola, e depois (1602) para permitir a exportação para o Brasil de farinha, carne-seca e sebo. Como o mercado brasileiro era limitado, os comerciantes obtinham lucros maiores com a reexportação de escravos e produtos tropicais para Tucumán. Logo surgiu uma classe abastada, acrescida de imigrantes portugueses. Para refrear a ameaça a seus interesses fiscais, a coroa aboliu o comércio com o Brasil em 1622, limitando Buenos Aires a um tráfico anual com a Espanha de dois navios de 100 toneladas. As possibilidades de contrabando, porém, estavam destinadas a fazer fracassar esse precário objetivo de manter um posto avançado estratégico no estuário do Prata embora restringindo ao mesmo tempo seu desenvolvimento comercial. Acarete du Biscay visitou o porto em 1658, como recorda em seu *Account of a Voyage up the Rio de la Plata, and thence over Land to Peru* (London, 1698), onde encontrou uma vila de 400 casas de adobe, cobertas de bambu e palha e defendidas por apenas um pequeno forte de adobe para dez canhões, que usavam munição de 12 libras ou menos, e três companhias de 50 homens, chefiadas pelos *vecinos* e geralmente com um contingente inferior, porque os soldados eram "levados pela facilidade da vida naquelas partes a desertar freqüentemente". As casas, todas térreas, tinham quartos espaçosos, pátios internos e pomares e jardins contíguos. A carne de vaca, a carne de caça e as aves comestíveis eram baratas e abundantes, e,

embora apenas os "selvagens" comessem avestruz, suas penas serviam para a confecção de eficientes sombrinhas para todos. As melhores casas eram "adornadas com tapeçarias, pinturas e outros ornamentos e decentes peças de mobiliário" e servidas por muitos criados negros, índios e mestiços. "Toda a riqueza desses habitantes consiste de gado, que se multiplica de maneira tão prodigiosa nesta província que as planícies estão cobertas por ele." No porto, Acarete encontrou nada menos que 22 navios holandeses, cada um carregado com cerca de 14 mil peças de couro compradas por menos de uma coroa a peça e vendidas na Europa por cinco vezes mais. Na época também estava sendo enviado gado para o Peru; mas, embora o comércio de gado fosse lucrativo, os comerciantes "mais importantes" eram "os que trafica[va]m com artigos europeus". A transferência da arrecadação alfandegária do norte de Córdoba para Salta e Jujuy em 1646 assinalou o domínio de Buenos Aires sobre todo o mercado platino.

Os comerciantes de Lima opunham-se a uma forte economia regional Buenos Aires-Tucumán que ameaçava sua ascendência comercial sobre o Alto Peru. Recusavam-se a comprar gado na feira de Salta e tentavam açambarcar o mercado de Charcas mediante corretores que interceptavam a produção de Buenos Aires e estabeleciam seu próprio preço. Pouco a pouco, no entanto, o norte da Argentina, Charcas e até o Chile escaparam ao controle comercial de Lima. O fato era que Buenos Aires era um porto mais viável do que Lima-Callao. Não havia necessidade no local do dispendioso sistema de frota; poucos piratas atacavam navios, e poucas algas marinhas obstruíam as quilhas naquela latitude; os embarques por terra a partir de Buenos Aires eram mais baratos e menos incômodos que pelo Panamá; o contrabando era menos controlado em Buenos Aires, e os *porteños* podiam pagar com a prata que haviam sonegado ao quinto real; finalmente, depois de 1680, Sacramento tornou-se um imenso armazém. Durante o *asiento* britânico de 1713 a 1739, as oportunidades de contrabando aumentaram, as vendas de couro e de sebo deram um salto e os métodos comerciais britânicos foram assimilados. Os números da população são expressivos. Enquanto a população de Lima permaneceu estacionária em 55 mil a 60 mil por um século após 1740, a de Buenos Aires aumentou de 11 mil para 65 mil. A elevação desta cidade a capital do vice-reino em 1776 legitimou as realidades comerciais.

O caso Lima-Buenos Aires exemplifica as forças comerciais que reformaram o modelo de colonização de todo o continente sul e que acabariam por mudar seu eixo econômico da costa do Pacífico para a do Atlântico. No entanto, tais forças dominaram também no âmbito regional, afetando os destinos de centros agro-administrativos de segunda categoria. Embora a elite de Santiago do Chile tirasse seu poder e prestígio principalmente da propriedade de terras e de carreiras políticas, os interesses comerciais da cidade conseguiram convencer os produtores nas três principais economias regionais chilenas – os de Santiago, La Serena e Concepción – a retardar o crescimento das duas últimas e subordiná-las a um sistema comercial que estava centrado em Santiago e orientado para fornecedores e consumidores estrangeiros[18]. Na região de Popayán, o antigo sistema urbano sofreu uma drástica redefinição, causada localmente pela mudança dos locais de mineração e pela substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana, e externamente pelo surgimento de Cartagena como porto de entrada (substituindo Buenaventura) e pelo desenvolvimento de manufaturas têxteis na área de Quito. No século XVII, muitos centros se tornaram cidades-fantasmas, deixando Popayán, Pasto e Cali como esteios urbanos. Popayán assumiu a liderança, não em virtude da racionalização administrativa vinda de cima – pois a região era cortada por jurisdições civis, eclesiásticas, fiscais e militares entrecruzadas –, mas em virtude de uma localização privilegiada para as atividades comerciais, mineradoras e agropecuárias, que por sua vez ajudaram a consolidar seu papel político[19].

Na Mesoamérica, a Cidade do México é o centro histórico de dominação burocrática, comercial, financeira e industrial. Durante séculos, ela internalizou as transformações que na América do Sul são mais bem exemplificadas sucessivamente em três cidades: Lima (era do mercantilismo colonial), Buenos Aires (era do capitalismo comercial) e São Paulo (era do desenvolvimento industrial, financeiro e tecnológico). Embora a geografia, os recursos e os modelos de colonização da Nova Espanha tivessem resistido, formas penetrantes de organização espacial, como Buenos Aires, São Paulo e, de modo mais notável, Montevidéu, acabaram por impor-se em seus respectivos interiores. Como disse James Lockhart, a ocidentalização do México colonial não ocorreu em estágios claramente concêntricos, "uma vez que a atividade da capital saltava grandes distâncias para áreas de interesse, deixando as mais próximas relativamente isoladas e intocadas". É possível rastrear o crescimento da resistência local à determinação "de fora" da organização espacial e dos padrões viários. É verdade que os requisitos econômicos e administrativos da metrópole reorientaram os

18. M. CARMAGNANI, *Les Mécanismes de la vie économique dans une société coloniale: Le Chili (1680-1830)*, Paris, 1973.

19. P. MARZAHL, *Town in the Empire: Government, Politics and Society in Seventeenth Century*, Austin, 1978.

modelos de colonização pré-hispânicos do planalto central ou se afirmaram diretamente, nas zonas de mineração e de criação de gado. Assim, Moreno Toscano e Florescano escreveram:

> alguns mexicanos imaginaram o sistema como uma enorme boca localizada na Espanha e alimentada por um largo tubo que ia da Cidade do México a Cádiz via Jalapa e Veracruz que, por sua vez, era alimentado por canais menores a partir dos centros e cidades do interior. O sistema viário que ligava centros e cidades reproduzia lealmente esse esquema[20].

Não obstante, esse modelo polarizado continha tensões internas e exceções. Puebla, fundada como prêmio de consolação para os espanhóis mais pobres, logo atraiu *encomenderos*, adquiriu uma força de trabalho índia e tornou-se um centro de distribuição importante para a produção agrícola. O acréscimo de funções administrativas, comerciais, religiosas e (como produtor têxtil) industriais lhe permitiu organizar seu próprio interior e em vários casos resistir à dominação por parte da capital. Um caso semelhante foi Guadalajara, com suas funções administrativas, comerciais e educacionais. Outra rivalidade foi a existente entre os comerciantes de Veracruz, que distribuíam produtos importados por intermédio da feira de Jalapa e estavam ligados a Oaxaca e aos produtores agrícolas da costa do golfo, e os comerciantes da Cidade do México, que buscavam o controle do mercado importador e pressionavam para obter uma rota para a costa via Orizaba e contornando Jalapa. Finalmente, há o caso do Bajío, uma próspera região agrícola e mineira que sustentava uma rede de vilas especializadas que resistiam ao domínio por uma ou outra das duas cidades maiores, Guanajuato ou Querétaro. Temos aqui um exemplo, único no caso do México, de uma economia regional complexa, integrada regionalmente. Em suas relações externas ela fornecia produtos agrícolas e matérias-primas à Cidade do México enquanto enviava manufaturas para o norte do México em troca de matéria-prima. Os lucros resultantes eram acumulados no local e não eram drenados para a capital.

Na época, mesmo os centros agro-administrativos modestos tornaram-se catalisadores comerciais para os interiores imediatos. Por exemplo, os controles originais de tributação, trabalho forçado e administração emanados de

20. A. MORENO TOSCANO & E. FLORESCANO, "El sector externo y la organización espacial y regional de México (1521-1910)", em J. W. WILKIE, M. C. MEYER & E. MONZÓN DE WILKIE (eds.), *Contemporary Mexico*, Berkeley / Los Angeles, 1976, p. 67.

Antequera sobre as comunidades indígenas de Oaxaca foram gradualmente complementados por envolvimentos comerciais à medida que demandas de mercado e reservas de dinheiro exerceram seu poder. A crescente necessidade que a cidade tinha de pulque e de outras mercadorias agropecuárias não só impulsionou a produção rural, como também atraiu os índios das aldeias para a residência urbana permanente ou sazonal. A administração e a regulamentação já não eram o fundamento lógico da existência de Antequera. Segundo William Taylor, "o comércio, o tráfico e a manufatura assumiram nova importância, e a cidade e o campo dos vales centrais começaram a compor um sistema regional mais forte"[21].

Os locais urbanos tornaram-se centros importantes para a comercialização da sociedade e instituições hispano-americanas, mas veículos ineficazes para difundir o "capitalismo" plenamente desenvolvido. A difusão do ímpeto comercial de cidades e *pueblos de españoles*, por exemplo, coexistia com o "comércio" para controle e espoliação, como é exemplificado pelos *corregidores* em sua prática notória de impingir mercadorias inúteis a preços inflacionados às vulneráveis comunidades índias. A atividade comercial era orquestrada dentro de uma estrutura de modelo mercantilista, objetivos de *status* nobre e administração de prebendas. Os comerciantes urbanos não conseguiram formar uma "classe" coerente e duradoura. Desprovidos de instrumentos e instituições de crédito e incremento financeiro desenvolvidos, eram adeptos de manter abertas suas opções para o avanço social e para orientar sua progênie para carreiras alternativas. Mario Góngora prefere chamar os comerciantes chilenos de um elemento "*negociante*", não um comércio verdadeiramente mercantil, que perseguisse um *cursus honorum* que era "parte de uma sociedade aristocrática, em oposição à mercantil ou burguesa". Cidades portuárias, tantas vezes sementeiras de uma inovação comercial, eram ativas apenas intermitentemente (Portobelo, a antiga Havana); ou serviam como estivadores para capitais burocráticas (Veracruz, Callao, Valparaíso); ou sua liderança comercial era reforçada por funções administrativas, eclesiásticas e de serviço (Cartagena, Buenos Aires, Montevidéu, a Havana dos últimos tempos). Na década de 1690, o viajante Gamelli Carreri descreveu Acapulco, com suas improvisadas casas de madeira, barro e palha, como uma "modesta aldeia de pescadores", e não um empório para o comércio com a Guatemala, o Peru e o Oriente e porto de escala para os

21. W. B. TAYLOR, "Town and country in the valley of Oaxaca, 1750-1812", em I. ALTMAN & J. LOCKHART (eds.), *Provinces of Early Mexico*, Berkeley / Los Angeles, 1976, p. 74.

galeões de Manila. Quando os navios do Peru chegavam, seus comerciantes, carregando milhões de pesos para serem refinados no Oriente, tinham de se alojar nas miseráveis palhoças dos mulatos da vila[22].

As cidades eram baluartes da ordem política espanhola e não centros conspícuos de ideologia inovadora e mudança institucional programática. Isso ajuda a explicar a qualidade difusa do protesto da classe baixa nos últimos anos do período colonial e a descentralização de estruturas políticas depois da independência e do fluxo de poder para o domínio rural. Mesmo assim, seria um engano conceber o sistema urbano colonial apenas, segundo a imagem acima citada, como uma enorme boca localizada na Espanha e alimentada por tubos que percorriam as hierarquias urbanas das Índias. Subsistemas semi-autônomos ganharam corpo, algumas vezes suficientemente fortes para desafiar a prescrição imperial. Seu vigor derivava, porém, não de uma ética "capitalista", mas de seu êxito na reprodução regional do desígnio da metrópole espanhola, um processo a que se referiam expressões como "interiorização da metrópole" ou, de maneira mais tendenciosa, "colonialismo interno". Um exemplo clássico de como era concebido o papel "desenvolvimentista" da cidade é a proposta de um magistrado da Cidade do México para a "doença" de Hispaniola. Em 1699, o *oidor* F. J. de Haro y Monterroso advogava a transferência da capital de Santo Domingo para um sítio central no interior, que reunisse a população de grande número de aldeias dispersas e abrigasse as burocracias reais, a universidade e as escolas. "A Corte é a imagem do coração", escreveu ele, "e como ele deve situar-se virtualmente no centro, a fim de que a justiça e a assistência possam ser ministradas com a maior uniformidade e presteza". Nessas condições,

> a Igreja, os Tribunais e as Comunidades levam consigo todas as coisas. Os comerciantes, os estudantes e os reclamantes abarrotam as estradas; suas viagens aumentam o bem-estar de muitos; os lugares vizinhos se beneficiam do consumo de seus produtos, e o Tesouro Real se beneficia das estalagens e mercados numerosos[23].

O conselho jamais foi seguido (embora tenha aparecido proposta seme-

22. As impressões de GAMELLI CARRERI sobre as cidades mexicanas do século XVII estão em *Las cosas más considerables vistas en la Nueva España*, México, 1946.

23. "Medidas propuestas para poblar sin costo alguno (de) la Real Hacienda de la Isla de Santo Domingo", em E. RODRIGUEZ DEMORIZI (ed.), *Relaciones históricas de Santo Domingo*, Ciudad Trujillo, 1942, pp. 343-359.

lhante já em 1858 na Constituição da República Dominicana), mas ele expressa uma visão sintomática na qual a cidade é um centro patrimonial destinado simultaneamente a estimular, controlar e hierarquizar as forças que contribuem para a mudança econômica.

A MUDANÇA DO FIM DO PERÍODO COLONIAL

De meados do século XVIII até a era da independência nacional 75 anos depois, pode-se relacionar a urbanização da América espanhola com três tendências gerais: crescimento populacional mais rápido, políticas de reformas dos Bourbons e mudanças econômicas.

Depois de manter por um século ou mais um contingente relativamente estável de cerca de 10 milhões de habitantes, a população da região praticamente dobrou por volta de 1825. O aumento natural que ocorreu com a melhoria das condições de saúde e a recuperação das populações indígenas ajudou a virada. O mesmo ocorreu com a imigração. Os dados do século XVIII coletados até agora, tanto sobre a imigração européia como sobre os residentes europeus na América, são demasiado deficientes para permitir uma seqüência para a estimativa talvez conservadora de Mörner de 440 mil migrantes espanhóis que atravessaram o Atlântico no período de 1550 a 1560. Certamente, um fluxo estável continuou. Quanto à importação de escravos africanos, as médias anuais estimadas por Curtin em 3 500, para o período de 1601 a 1760, mostram um aumento para 6 150, de 1761 a 1810.

O crescimento geral da população contribuiu para o crescimento urbano, quer de grandes cidades, de pequenas vilas ou de núcleos recentes em regiões de fronteira. Quando, no entanto, comparamos os aumentos de população nas grandes cidades com os aumentos naqueles que viriam a tornar-se os respectivos territórios nacionais, descobrimos que a participação urbana declinou durante as décadas anteriores à independência. Os totais que fornecem as porcentagens na Tabela 2 são incompletos, mas a tendência cumulativa é convincente. Os números relativos a vários centros secundários corroboram esse declínio. De 1760 a 1784, a população de Trujillo, no litoral do Peru, caiu de 56,5 por cento para 48,1 por cento do total da província[24], enquanto nas três principais cidades do planalto central do Equador – Latacunga, Ambato e Riobamba – baixou de

24. K. COLEMAN. "Provincial urban problems: Trujillo, Peru, 1600-1784", em ROBINSON, *Social Fabric*, pp. 369–408.

9,6 por cento (1778) para 4,6 por cento (1825) da população regional, uma tendência associada aqui a desastres naturais, à depressão econômica e às guerras de independência[25].

TABELA 2 / POPULAÇÕES DAS MAIORES CIDADES HISPANO-AMERICANAS EM RELAÇÃO ÀS RESPECTIVAS POPULAÇÕES "NACIONAIS" EM ANOS ESCOLHIDOS (%)

as 4 maiores cidades da Argentina	24 (1778)	14 (1817)
as 4 maiores cidades da Venezuela	15 (1772)	10 (1810)
as 3 maiores cidades do Chile	16 (1758)	9 (1813)
as 3 maiores cidades de Cuba	35 (1774)	22 (1817)
as 2 maiores cidades do Peru	8 (c.1760)	7 (1820)
a maior cidade do México	2,9 (1742)	2,2 (1793)
a maior cidade do Uruguai	30 (1769)	8 (1829)

As fontes do crescimento populacional que acabamos de rever explicam em parte o padrão lento de urbanização. O decréscimo nas taxas de mortalidade dos índios foi registrado principalmente em regiões rurais, onde a maioria deles vivia. As maiores importações de escravos africanos iam principalmente para as regiões rurais; de fato, mais da metade dos escravos introduzidos na América espanhola no período de 1774-1807 foram levados para Cuba, para atender a sua incipiente economia açucareira. A imigração espanhola, que pode ter declinado em relação aos primeiros níveis, presumivelmente favoreceu os centros urbanos, mas aqui, como se observou, os dados são escassos. A erradicação das comunidades índias, a proletarização dos trabalhadores rurais e a pobreza em algumas das áreas de mineração fizeram crescer as migrações internas para o centro urbano; mas as condições de saúde na cidade reduziram seu impacto sobre o crescimento urbano. Houve pelo menos 124 mil mortes por epidemia na Cidade do México no século XVIII e 135 mil em Puebla. A epidemia de varíola em Caracas matou cerca de um quarto de sua população de 26 340 habitantes.

Embora as estatísticas esparsas não mostrem um claro crescimento urbano, a era Bourbon testemunhou uma urbanização qualitativa na forma de serviços urbanos, planejamento de cidades e elegante construção pública neoclássica. A

25. R. D. F. BROMLEY, "The role of commerce in the growth of towns in central highland Ecuador 1750-1920", em W. BORAH, J. HARDOY & A. A. STELTER (eds.), *Urbanization in the Americas: The Background in Comparative Perspective*, Ottawa, 1980, pp. 25–34.

duradoura política de nucleação urbana foi revivida, especialmente para a colonização e a defesa da fronteira. Na verdade, as medidas da reforma Bourbon tendiam geralmente a promover a descentralização de sistemas urbanos.

A Cidade do México recebeu um novo aqueduto, uma casa da moeda, uma alfândega, uma escola de minas e a Academia de San Carlos. A Alameda dobrou de extensão, foram projetados *paseos* sombreados e melhorados o policiamento, a pavimentação e a iluminação das ruas da cidade. Lima, depois do devastador terremoto em 1746, constituía uma tábula rasa para essa modernização. Em cidades por todo o vice-reino platino funcionários reais restauraram catedrais, pavimentaram ruas, melhoraram a drenagem e construíram escolas, hospitais, aquedutos, pontes, celeiros e teatros. Santiago do Chile, depois da década de 1760, foi submetida a uma onda de construções públicas e reurbanização coroada pela obra do arquiteto, engenheiro e urbanista italiano Joaquín Toesca, que projetou a catedral, a Casa de Moneda e os muros de contenção do rio Mapocho. Desanimados com o estado rudimentar das comunicações em seu reino, os vice-reis indicados para Nova Granada depois de 1739 fizeram o possível para melhorar o sistema viário centrado na capital; na década de 1790, Bogotá recebeu sua primeira força policial, um cemitério público, um teatro e um jornal.

O esforço de criar novas vilas foi evidente nas regiões cada vez mais produtivas do Chile e noroeste da Argentina, após 1735 sob uma Junta de Poblaciones criada expressamente para isso e, de 1783 a 1797, sob a supervisão do intendente de Córdoba, o Marquês de Sobremonte. A política das novas vilas visava reunir populações rurais dispersas em outras vilas e aldeias e levar os índios para *reduciones* ou para centros miscigenados racialmente. Além das fundações propriamente ditas, algumas vilas foram reorganizadas ou mesmo reconstruídas e recolonizadas, enquanto outras, como Concepción, foram transferidas para novos locais. Os objetivos visados eram levar escola e controle administrativo à população rural, melhorar a produtividade, catequizar os índios e fortalecer as defesas contra os silvícolas hostis. Ao todo, foram fixadas cerca de 80 novas vilas. Iniciativas semelhantes foram tomadas em Nova Granada, sendo as duas mais notáveis a fundação em 1753 de uma vila exclusivamente para condenados, de nome San Antonio, santo patrono dos delinqüentes, e uma autorização dada a uma comunidade de negros fugidos de escolher seus próprios policiais e excluir os residentes brancos, com exceção de um padre. Distintivas entre os povoados fronteiriços nas Províncias do Interior do norte do México eram as 21 missões estabelecidas na Califórnia entre 1769 e 1823 e os *presidios* de novo estilo que, como foi projetado sob um *reglamento* de 1772,

antecipou a futura fronteira entre o México e os Estados Unidos. Embora longe de ser moderno pelos modelos europeus da época, o *presidio* se expandiu muito além dos primitivos postos de guarda no território chichimeca de dois séculos antes. Era agora um espaçoso conjunto, com centenas de metros de lado, cercado por bastiões angulares e plataformas salientes para canhões. Os *presidios* tornaram-se centros de internamento para índios hostis, mas também atraíram, além das famílias dos soldados, as dos brancos, dos mestiços e dos índios pacificados que buscavam proteção e mercados para seus produtos. Em 1779, o *presidio* de San Antonio, no Texas, com sua *villa* em volta, contava 240 militares, incluindo suas famílias, e 1 117 civis.

A criação de novas vilas, missões e *presidios* teve um efeito combinado de nucleação urbana e descentralização sistêmica. Seletivamente, redundou num novo surto de conquista e colonização. Contudo, essa "descentralização" do final do período Bourbon não era a política idealizada pelos modernos planejadores pela qual os centros locais recebiam maior autoridade na tomada de decisões do dia-a-dia. Era, antes, uma política destinada a dissolver as hierarquias emergentes do Novo Mundo e a submeter as partes constituintes ao controle metropolitano. Assim, na Nova Espanha, após 1760, o sistema de intendentes destinava-se a aumentar o poder real às custas de corporações e pessoas privilegiadas. A criação de doze entidades administrativas, submetidas mais ao poder real que às elites locais, interpôs entre a Cidade do México e os distritos locais uma série de subcapitais com novas funções administrativas, judiciais e fiscais. Ao enfraquecer o poder vice-real, a coroa alcançava a centralização através de uma descentralização ostensiva. Reformas comerciais simultâneas quebraram o monopólio comercial da Cidade do México, beneficiando os comerciantes de Veracruz e de Guadalajara, que receberam seus próprios *consulados* em 1795.

Se as últimas décadas dos Bourbon produziram desafios às capitais administrativas mais antigas, por outro lado favoreceram o crescimento e a consolidação das funções nos centros até então periféricos. No caso de Buenos Aires, já discutido, a elevação da cidade à condição de vice-reino reconhecia seu controle prévio de um interior comercial. Na outra ponta do continente, em sua trajetória rumo à primazia, Caracas era mais dependente da estrutura oficial. Às vésperas da independência, Humboldt comentou que a riqueza da Venezuela não era "dirigida para um ponto" e que a cidade tinha vários centros urbanos de "comércio e civilização". Durante séculos, porém, Caracas, com certas vantagens marginais de clima e localização, fora favorecida por sucessivos incrementos das funções burocráticas e culturais. A evolução da cidade pode ser vista como uma complexa interação de vantagem econômica, favor político e monopólio burocrático. Depois de 1750, nas palavras de John Lombardi, a "centralidade de Caracas foi criada pelo governo imperial espanhol para servir as necessidades econômicas e militares desse império moribundo". Por uma série de decisões administrativas de 1777 a 1803, Caracas tornou-se sede da nova capitania-geral, de uma *audiencia*, uma intendência, um *consulado* e um arcebispado. O controle político efetivo da Venezuela por Caracas ainda era problemático; sua comunicação com as zonas rurais, mesmo as mais próximas, era precária; outras cidades estavam situadas em ponto mais estratégico para o comércio ultramarino. Apesar disso, o acréscimo das funções administrativas deu à cidade uma força magnética que sobreviveu à agitação da independência e às divisões políticas e econômicas das primeiras décadas da república e garantiu que seu papel axial fosse a integração nacional após 1870.

Uma importante fonte de mudança para os padrões de colonização foi a crescente produção para exportação possibilitada pela expansão dos mercados metropolitanos e pelo aumento do tamanho e da velocidade dos navios empregados no comércio oceânico. Cidades portuárias que não eram apenas "estivadoras" mas comandavam elas mesmas um interior produtivo tornaram-se particularmente efetivas: o porto de açúcar de Havana, o porto de cacau de Guayaquil, o porto agropastoril de Buenos Aires. Muitas cidades do interior também prosperaram, como Antequera, que tirou proveito do comércio da cochonilha e de uma indústria têxtil revivida para evoluir, depois de 1740, nas palavras de J. K. Chance, "de uma pequena agrovila de aspecto interiorano para um centro de exportação altamente comercial de tamanho considerável". Embora pudéssemos catalogar muitos outros locais urbanos que reagiram a estímulos agrícolas, mineiros, industriais e comerciais, vamos nos restringir aqui a algumas generalizações amplas sobre os efeitos pervasivos da comercialização sobre os modelos de colonização.

O século XVIII testemunhou uma intensificação e especialização da produção agropastoril com vistas aos mercados estrangeiros que prosseguiu até os tempos atuais. Essa tendência significou muitas mudanças no modo de produção: uma mudança de um sistema baseado na mão-de-obra para outro fundamentado no capital, mais tecnificado e racionalizado; um redirecionamento dos lucros, do consumo para a infra-estrutura produtiva; novas necessidades de intermediários, facilidades de crédito, e fornecedores nos centros urbanos; e, com exceção das plantações que usavam mão-de-obra escrava, substituição

de uma força de trabalho sujeita a controles paternalistas ou coercivos por um "proletariado rural" desenraizado e subempregado. Essas mudanças têm várias implicações para o desenvolvimento urbano. Portos marítimos estratégicos tornaram-se mais ativos. Cidades maiores prosperaram a partir da atividade financeira e comercial. Os patriciados foram atraídos para os centros urbanos de poder, fornecendo uma clientela para amenidades e serviços melhorados. Nas áreas rurais, contudo, as economias de exportação não conseguiram fortalecer redes de colonização quando tiveram o poder e os recursos de cidades privilegiadas. Novas amenidades e serviços destinavam-se aos latifúndios, não às pequenas cidades. Os fluxos de mercadorias seguiam os canais de exportação, enfraquecendo as redes urbanas regionais. As aldeias tradicionais e os *resguardos* foram dilacerados, mas não substituídos por pequenas vilas comerciais. Os trabalhadores rurais libertos dos cenários tradicionais que não foram absorvidos na *peonaje* ganharam uma mobilidade espacial e ingressaram na economia monetária, mas como migrantes subempregados, como membros do lúmpen urbano, ou como residentes de aldeias empobrecidas, improvisadas. Woodrow Borah descreveu as improvisadas aglomerações rurais do fim do período colonial como sendo muitas vezes "um espessamento da colonização nas encruzilhadas, *estancias* ou *haciendas* existentes", adaptadas às estradas e trilhas irregulares existentes, sem o recurso de uma malha viária formal.

As tendências acima indicadas ainda não eram prioritárias, e os efeitos da padronização sobre os sistemas urbanos de exportação de produtos, a elevação de cidades escolhidas à categoria de capital e a proletarização dos trabalhadores rurais não deveriam assumir um controle mais definitivo até a era da integração nacional e da maior dependência da exportação, no fim do século XIX. Um moderno planejador transportado para o final da época dos Bourbons na América espanhola poderia perfeitamente ter aplaudido as políticas de descentralização urbana e de colonização da coroa. Teria aprovado as florescentes manufaturas em regiões fora dos principais centros administrativos, como o Bajío, a região de Socorro em Nova Granada, e as cidades do interior do vice-reino platino. Teria notado que o crescimento das exportações era acompanhado, em muitos lugares, por níveis mais elevados e uma maior diversidade de produção para consumo doméstico e, portanto, pelo aumento da integração de regiões econômicas. Teria sido revigorado pelo clima de pesquisa intelectual e preocupação pela ciência aplicada a ser encontrado no ambiente urbano. Poderia de fato ter se aventurado a inferir que grandes áreas da América espanhola haviam tomado o caminho do moderno

"desenvolvimento" econômico. Qualquer que tenha sido sua base no tocante aos anos dos Bourbons, esse prognóstico não se teria sustentado nas primeiras décadas da independência. As próprias guerras de independência prejudicaram as facilidades produtivas e muitos centros urbanos. À medida que novas nações tomavam forma, as burocracias do império baseadas na cidade se desmantelavam, e as estruturas políticas, especialmente nos países maiores, eram elaboradas a partir de bases provinciais onde a riqueza e o poder eram reconstituídos com maior presteza. As realizações da manufatura doméstica foram virtualmente canceladas por importações estrangeiras baratas quando as grandes cidades se tornaram sedes comerciais do que tem sido chamado, de maneira controvertida, novos "impérios informais". Estatisticamente, a "desurbanização", já discutida em relação ao século XVIII, continuou até dentro do século XIX; mas suas causas e importância foram alteradas de muitas maneiras pelas guerras da independência e suas seqüelas.